

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	10
DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	11
Demonstração do Valor Adicionado	12

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	13
Balanço Patrimonial Passivo	14
Demonstração do Resultado	16
Demonstração do Resultado Abrangente	17
Demonstração do Fluxo de Caixa	18

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	20
DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	21
Demonstração do Valor Adicionado	22

Comentário do Desempenho	23
--------------------------	----

Notas Explicativas	29
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	81
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	82
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	83
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	84

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2014
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	197.461
Preferenciais	183.792
Total	381.253
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	10/12/2013	Juros sobre Capital Próprio	15/05/2014	Ordinária		0,05596
Reunião do Conselho de Administração	10/12/2013	Juros sobre Capital Próprio	15/05/2014	Preferencial		0,06155
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	25/04/2014	Dividendo	15/05/2014	Ordinária		0,56576
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	25/04/2014	Dividendo	15/05/2014	Preferencial		0,62233

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	4.513.207	4.073.242
1.01	Ativo Circulante	1.211.321	762.943
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	195.128	108.409
1.01.02	Aplicações Financeiras	421.913	347.410
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	421.913	347.410
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	421.913	347.410
1.01.03	Contas a Receber	434.142	279.085
1.01.03.01	Clientes	231.472	50.731
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	202.670	228.354
1.01.03.02.01	Contas a Receber de Partes Relacionadas	202.670	228.354
1.01.06	Tributos a Recuperar	24.244	23.970
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	24.244	23.970
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Compensáveis	22.898	9.005
1.01.06.01.02	Outros Tributos Compensáveis	1.346	14.965
1.01.07	Despesas Antecipadas	154	2.079
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	135.740	1.990
1.01.08.03	Outros	135.740	1.990
1.01.08.03.02	Devedores Diversos	1.325	485
1.01.08.03.03	Outros Créditos	134.415	1.505
1.02	Ativo Não Circulante	3.301.886	3.310.299
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	91.682	96.404
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	91.682	96.404
1.02.01.09.03	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-12.609	-12.609
1.02.01.09.04	Cauções e Depósitos Vinculados	4.429	6.476
1.02.01.09.06	Outros Tributos Compensáveis	791	791
1.02.01.09.07	Tributos a Recuperar	86.462	89.137
1.02.01.09.09	Outros Créditos	12.609	12.609
1.02.02	Investimentos	3.862	3.907
1.02.02.01	Participações Societárias	3.862	3.907
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	3.862	3.907
1.02.03	Imobilizado	3.128.008	3.130.481
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.803.379	2.829.238
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	219	266
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	324.410	300.977
1.02.04	Intangível	78.334	79.507
1.02.04.01	Intangíveis	78.334	79.507
1.02.04.01.02	Uso do Bem Público	42.379	43.043
1.02.04.01.03	Outros Intangíveis	35.955	36.464

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	4.513.207	4.073.242
2.01	Passivo Circulante	677.366	892.729
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.513	946
2.01.02	Fornecedores	61.119	104.814
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	61.119	104.814
2.01.03	Obrigações Fiscais	201.684	396.429
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	201.354	395.660
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	187.892	387.708
2.01.03.01.02	Outros Tributos a Pagar	13.462	7.952
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	128	228
2.01.03.02.01	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	128	228
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	202	541
2.01.03.03.01	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	202	541
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	351.100	320.167
2.01.04.02	Debêntures	350.924	319.961
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	176	206
2.01.05	Outras Obrigações	57.345	59.206
2.01.05.02	Outros	57.345	59.206
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	21.435	21.438
2.01.05.02.05	Obrigações Estimadas	11.859	15.652
2.01.05.02.07	Pesquisa e Desenvolvimento	12.324	10.937
2.01.05.02.08	Outras Obrigações	11.727	11.179
2.01.06	Provisões	4.605	11.167
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	4.605	11.167
2.01.06.01.05	Provisões para processos judiciais e outros	4.605	11.167
2.02	Passivo Não Circulante	1.694.091	1.396.704
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.095.861	796.509
2.02.01.02	Debêntures	1.095.766	796.389
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	95	120
2.02.02	Outras Obrigações	2.067	1.804
2.02.02.02	Outros	2.067	1.804
2.02.02.02.07	Obrigações com Entidade de Previdência Privada	183	0
2.02.02.02.09	Pesquisa e Desenvolvimento	1.596	1.362
2.02.02.02.10	Obrigações Estimadas	103	362
2.02.02.02.11	Outras Obrigações	185	80
2.02.03	Tributos Diferidos	536.016	541.616
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	536.016	541.616
2.02.04	Provisões	60.147	56.775
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	60.147	56.775
2.02.04.01.05	Provisões para Processos Judiciais e Outros	60.147	56.775
2.03	Patrimônio Líquido	2.141.750	1.783.809
2.03.01	Capital Social Realizado	207.227	207.227
2.03.02	Reservas de Capital	254.104	254.083
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	232.547	232.547
2.03.02.04	Opções Outorgadas	1.740	1.719
2.03.02.07	Remuneração das Imobilizações em Curso	17.613	17.613

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2.03.02.08	Outras Reservas de Capital	2.204	2.204
2.03.04	Reservas de Lucros	267.540	267.540
2.03.04.01	Reserva Legal	41.445	41.445
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	226.095	226.095
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	375.253	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	1.035.831	1.053.164
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	1.795	1.795

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	756.219	598.099
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-202.837	-305.424
3.02.01	Energia Elétrica Comprada para Revenda	-69.673	-185.622
3.02.03	Encargos do Uso do Sistema de Transmissão e Conexão	-23.222	-21.901
3.02.04	Taxa de Fiscalização	-1.251	-1.289
3.02.05	Compensação Financeira para Utilização de Recursos Hídricos	-17.008	-16.146
3.02.07	Pessoal e Administradores	-18.044	-18.120
3.02.08	Entidade de Previdência Privada	-588	-1.199
3.02.09	Serviços de Terceiros	-26.671	-16.264
3.02.10	Material	-1.380	-861
3.02.12	Provisão/Reversão para Créditos de Liquidação Duvidosa	0	1.777
3.02.13	Provisão/Reversão para Processos Judiciais e Outros	-172	8
3.02.16	Depreciação e Amortização	-40.225	-41.157
3.02.17	Outras Receitas e Custos	-4.603	-4.650
3.03	Resultado Bruto	553.382	292.675
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-45	56
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-45	56
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	553.337	292.731
3.06	Resultado Financeiro	-10.450	-10.858
3.06.01	Receitas Financeiras	10.225	5.743
3.06.02	Despesas Financeiras	-20.675	-16.601
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-23.239	-16.504
3.06.02.02	Variações Monetárias e Cambiais, Líquidas	2.564	-97
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	542.887	281.873
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-184.967	-96.148
3.08.01	Corrente	-187.892	-98.958
3.08.02	Diferido	2.925	2.810
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	357.920	185.725
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	357.920	185.725
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,89562	0,46474
3.99.01.02	PN	0,98519	0,51121
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,86435	0,44851
3.99.02.02	PN	0,95079	0,49336

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
4.01	Lucro Líquido do Período	357.920	185.725
4.03	Resultado Abrangente do Período	357.920	185.725

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	23.719	-83.343
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	418.069	239.996
6.01.01.01	Lucro líquido do período	357.920	185.725
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	40.225	41.157
6.01.01.04	Amortização do Uso do Bem Público	664	663
6.01.01.05	Variações Monetárias e Cambiais	-2.657	1.588
6.01.01.06	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	0	-1.777
6.01.01.07	Provisão (Reversão) para Processos Judiciais e Outros	172	-8
6.01.01.08	Custo de Empréstimos (Encargos de Dívidas)	31.354	18.262
6.01.01.10	Fundo de Pensão - Deliberação CVM 695	429	933
6.01.01.11	Receita Aplicação Financeira em Investimento Curto Prazo	-7.179	-2.977
6.01.01.12	Baixa de Bens do Ativo	0	115
6.01.01.14	Tributos e Contribuições Sociais Diferidos	-2.925	-2.810
6.01.01.15	Ações e Opções de Ações Outorgadas	21	63
6.01.01.17	Resultado de Equivalência Patrimonial	45	-56
6.01.01.18	Ganho na Alienação de Bens do Ativo Imobilizado	0	-882
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-394.350	-323.339
6.01.02.01	Consumidores e Revendedores	-180.741	-10.075
6.01.02.03	Contas a Receber de Partes Relacionadas	25.684	-67.644
6.01.02.05	Adiantamento de Juros de Debêntures	-12.938	-14.169
6.01.02.06	Imposto de Renda e Contribuição Social Compensáveis	-14.310	-7.503
6.01.02.07	Outros Tributos Compensáveis	13.619	-2.102
6.01.02.08	Despesas Pagas Antecipadamente	1.925	2.316
6.01.02.09	Devedores Diversos	-840	-829
6.01.02.10	Outros Créditos	16	1.130
6.01.02.11	Obrigações Sociais e Trabalhistas	567	566
6.01.02.12	Fornecedores	-43.695	58.159
6.01.02.13	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	-199.816	-290.664
6.01.02.14	Outros Tributos a Pagar	8.178	5.311
6.01.02.15	Juros Resgatados de Investimentos de Curto Prazo	10.797	8.141
6.01.02.16	Obrigações Estimadas	-4.052	-5.310
6.01.02.17	Pesquisa e Desenvolvimento	1.387	-975
6.01.02.18	Pagamento de Processos Judiciais e Outros	-538	-209
6.01.02.19	Outras Obrigações	653	784
6.01.02.20	Pagamento de Obrigações com Entidade de Previdência Privada	-246	-266
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-112.832	-177.231
6.02.01	Aquisições de Ativo Imobilizado e Intangível	-37.243	-27.346
6.02.03	Aplicações em Investimento de Curto Prazo	-572.419	-803.129
6.02.04	Resgates de Investimento de Curto Prazo	494.715	652.254
6.02.05	Aplicações/Resgates de Cauções e Depósitos Vinculados	2.115	108
6.02.07	Recebimento de Venda de Ativo Imobilizado	0	882
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	175.832	373.320
6.03.01	Ingressos de Novos Empréstimos e Debêntures	300.000	498.000
6.03.02	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos	-4	-4

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
6.03.03	Imposto de Renda sobre Juros Sobre Capital Próprio	-3.107	-3.613
6.03.05	Custo de Empréstimos	-997	-998
6.03.06	Pagamento de Obrigações por Arrendamento Financeiro	-72	-77
6.03.07	Adiantamento de Principal de Debêntures	-119.988	-119.988
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	86.719	112.746
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	108.409	89.279
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	195.128	202.025

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	207.227	254.083	267.540	0	1.054.959	1.783.809
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	207.227	254.083	267.540	0	1.054.959	1.783.809
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	21	0	0	0	21
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	21	0	0	0	21
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	357.920	0	357.920
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	357.920	0	357.920
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	17.333	-17.333	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	26.262	-26.262	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-8.929	8.929	0
5.07	Saldos Finais	207.227	254.104	267.540	375.253	1.037.626	2.141.750

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	207.227	253.844	223.320	0	1.121.215	1.805.606
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	207.227	253.844	223.320	0	1.121.215	1.805.606
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	63	0	0	0	63
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	63	0	0	0	63
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	185.725	0	185.725
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	185.725	0	185.725
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	17.959	-17.959	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	27.211	-27.211	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-9.252	9.252	0
5.07	Saldos Finais	207.227	253.907	223.320	203.684	1.103.256	1.991.394

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
7.01	Receitas	814.007	633.536
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	812.992	631.745
7.01.02	Outras Receitas	1.015	14
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	0	1.777
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-132.363	-237.610
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-99.667	-216.369
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-28.051	-17.125
7.02.04	Outros	-4.645	-4.116
7.02.04.01	Outros Custos Operacionais	-4.645	-4.116
7.03	Valor Adicionado Bruto	681.644	395.926
7.04	Retenções	-40.225	-41.157
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-40.225	-41.157
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	641.419	354.769
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	10.180	5.799
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-45	56
7.06.02	Receitas Financeiras	10.225	5.743
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	651.599	360.568
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	651.599	360.568
7.08.01	Pessoal	15.621	16.663
7.08.01.01	Remuneração Direta	14.300	14.609
7.08.01.02	Benefícios	588	1.202
7.08.01.03	F.G.T.S.	733	852
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	257.145	141.226
7.08.02.01	Federais	256.866	140.512
7.08.02.02	Estaduais	278	714
7.08.02.03	Municipais	1	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	20.913	16.954
7.08.03.01	Juros	20.675	16.601
7.08.03.02	Aluguéis	238	353
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	357.920	185.725
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	357.920	185.725

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	4.513.238	4.073.265
1.01	Ativo Circulante	1.212.214	763.873
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	195.141	108.420
1.01.02	Aplicações Financeiras	422.776	348.307
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	422.776	348.307
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	422.776	348.307
1.01.03	Contas a Receber	434.142	279.085
1.01.03.01	Clientes	231.472	50.731
1.01.03.01.01	Consumidores e Revendedores	231.472	50.731
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	202.670	228.354
1.01.03.02.01	Contas a Receber de Partes Relacionadas	202.670	228.354
1.01.06	Tributos a Recuperar	24.260	23.988
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	24.260	23.988
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Compensáveis	22.914	9.023
1.01.06.01.02	Outros Tributos Compensáveis	1.346	14.965
1.01.07	Despesas Antecipadas	154	2.079
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	135.741	1.994
1.01.08.03	Outros	135.741	1.994
1.01.08.03.02	Devedores Diversos	1.325	489
1.01.08.03.03	Outros Créditos	134.416	1.505
1.02	Ativo Não Circulante	3.301.024	3.309.392
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	91.682	96.404
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	91.682	96.404
1.02.01.09.03	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-12.609	-12.609
1.02.01.09.04	Cauções e Depósitos Vinculados	4.429	6.476
1.02.01.09.06	Outros Tributos Compensáveis	791	791
1.02.01.09.07	Tributos a Recuperar	86.462	89.137
1.02.01.09.09	Outros Créditos	12.609	12.609
1.02.03	Imobilizado	3.131.008	3.133.481
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.803.379	2.829.238
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	219	266
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	327.410	303.977
1.02.04	Intangível	78.334	79.507
1.02.04.01	Intangíveis	78.334	79.507
1.02.04.01.02	Uso do Bem Público	42.379	43.043
1.02.04.01.03	Outros Intangíveis	35.955	36.464

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	4.513.238	4.073.265
2.01	Passivo Circulante	677.397	892.752
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.513	946
2.01.02	Fornecedores	61.148	104.831
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	61.148	104.831
2.01.03	Obrigações Fiscais	201.685	396.434
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	201.355	395.665
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	187.892	387.713
2.01.03.01.02	Outros Tributos a Pagar	13.463	7.952
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	128	228
2.01.03.02.01	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	128	228
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	202	541
2.01.03.03.01	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	202	541
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	351.100	320.167
2.01.04.02	Debêntures	350.924	319.961
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	176	206
2.01.05	Outras Obrigações	57.346	59.207
2.01.05.02	Outros	57.346	59.207
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	21.435	21.438
2.01.05.02.05	Obrigações Estimadas	11.859	15.652
2.01.05.02.07	Pesquisa e Desenvolvimento	12.324	10.937
2.01.05.02.08	Outras Obrigações	11.728	11.180
2.01.06	Provisões	4.605	11.167
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	4.605	11.167
2.01.06.01.05	Provisões para Processos Judiciais e Outros	4.605	11.167
2.02	Passivo Não Circulante	1.694.091	1.396.704
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.095.861	796.509
2.02.01.02	Debêntures	1.095.766	796.389
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	95	120
2.02.02	Outras Obrigações	2.067	1.804
2.02.02.02	Outros	2.067	1.804
2.02.02.02.07	Obrigações com Entidade de Previdência Privada	183	0
2.02.02.02.09	Pesquisa e Desenvolvimento	1.596	1.362
2.02.02.02.10	Obrigações Estimadas	103	362
2.02.02.02.12	Outras Obrigações	185	80
2.02.03	Tributos Diferidos	536.016	541.616
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	536.016	541.616
2.02.04	Provisões	60.147	56.775
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	60.147	56.775
2.02.04.01.05	Provisões para Processos Judiciais e Outros	60.147	56.775
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	2.141.750	1.783.809
2.03.01	Capital Social Realizado	207.227	207.227
2.03.02	Reservas de Capital	254.104	254.083
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	232.547	232.547
2.03.02.04	Opções Outorgadas	1.740	1.719
2.03.02.07	Remuneração das Imobilizações em Curso	17.613	17.613

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2.03.02.08	Outras Reservas de Capital	2.204	2.204
2.03.04	Reservas de Lucros	267.540	267.540
2.03.04.01	Reserva Legal	41.445	41.445
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	226.095	226.095
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	375.253	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	1.035.831	1.053.164
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	1.795	1.795

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	756.219	598.099
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-202.903	-305.467
3.02.01	Energia Elétrica Comprada para Revenda	-69.673	-185.622
3.02.03	Encargos do Uso do Sistema de Transmissão e Conexão	-23.222	-21.901
3.02.04	Taxa de Fiscalização	-1.251	-1.289
3.02.05	Compensação Financeira para Utilização de Recursos Hídricos	-17.008	-16.146
3.02.07	Pessoal e Administradores	-18.044	-18.120
3.02.08	Entidade de Previdência Privada	-588	-1.199
3.02.09	Serviços de Terceiros	-26.710	-16.305
3.02.10	Material	-1.380	-861
3.02.12	Provisão/Reversão para Créditos de Liquidação Duvidosa	0	1.777
3.02.13	Provisão/Reversão para Processos Judiciais e Outros	-172	8
3.02.16	Depreciação e Amortização	-40.225	-41.157
3.02.17	Outras Receitas e Custos	-4.630	-4.652
3.03	Resultado Bruto	553.316	292.632
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	553.316	292.632
3.06	Resultado Financeiro	-10.429	-10.756
3.06.01	Receitas Financeiras	10.246	5.755
3.06.02	Despesas Financeiras	-20.675	-16.511
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-23.239	-16.414
3.06.02.02	Variações Monetárias e Cambiais, Líquidas	2.564	-97
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	542.887	281.876
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-184.967	-96.151
3.08.01	Corrente	-187.892	-98.961
3.08.02	Diferido	2.925	2.810
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	357.920	185.725
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	357.920	185.725
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	357.920	185.725
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,89562	0,46474
3.99.01.02	PN	0,98519	0,51121
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,86435	0,44851
3.99.02.02	PN	0,95079	0,49336

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	357.920	185.725
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	357.920	185.725
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	357.920	185.725

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	23.727	-82.458
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	418.005	240.038
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	357.920	185.725
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	40.225	41.157
6.01.01.04	Amortização do Uso do Bem Público	664	663
6.01.01.05	Variações Monetárias e Cambiais	-2.656	1.588
6.01.01.06	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	0	-1.777
6.01.01.07	Provisão (Reversão) para Processos Judiciais e Outros	172	-8
6.01.01.08	Custo de Empréstimos (Encargos de Dívidas)	31.354	18.262
6.01.01.10	Fundo de Pensão - Deliberação CVM 695	429	933
6.01.01.11	Receita Aplicação Financeira em Investimento Curto Prazo	-7.199	-2.991
6.01.01.12	Baixa de Bens do Ativo	0	115
6.01.01.14	Tributos e Contribuições Sociais Diferidos	-2.925	-2.810
6.01.01.15	Ações e Opções de Ações Outorgadas	21	63
6.01.01.18	Ganho na Alienação de Bens do Ativo Imobilizado	0	-882
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-394.278	-322.496
6.01.02.01	Consumidores e Revendedores	-180.741	-10.075
6.01.02.03	Contas a Receber de Partes Relacionadas	25.684	-67.644
6.01.02.05	Adiantamento de Juros de Debêntures	-12.938	-14.169
6.01.02.06	Imposto de Renda e Contribuição Social Compensáveis	-14.319	-7.493
6.01.02.07	Outros Tributos Compensáveis	13.619	-2.108
6.01.02.08	Despesas Pagas Antecipadamente	1.925	2.316
6.01.02.09	Devedores Diversos	-836	-829
6.01.02.10	Outros Créditos	15	2.068
6.01.02.11	Obrigações Sociais e Trabalhistas	567	566
6.01.02.12	Fornecedores	-43.683	58.062
6.01.02.13	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	-199.821	-290.665
6.01.02.14	Outros Tributos a Pagar	8.179	5.309
6.01.02.15	Juros Resgatados de Investimentos de Curto Prazo	10.867	8.141
6.01.02.16	Obrigações Estimadas	-4.052	-5.310
6.01.02.17	Pesquisa e Desenvolvimento	1.387	-975
6.01.02.18	Pagamento de Processos Judiciais e Outros	-538	-209
6.01.02.19	Outras Obrigações	653	785
6.01.02.20	Pagamento de Obrigações com Entidade de Previdência Privada	-246	-266
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-112.838	-178.117
6.02.01	Aquisições de Ativo Imobilizado e Intangível	-37.243	-27.346
6.02.03	Aplicações em Investimento de Curto Prazo	-573.369	-804.045
6.02.04	Resgates de Investimento de Curto Prazo	495.659	652.284
6.02.05	Aplicações/Resgates de Cauções e Depósitos Vinculados	2.115	108
6.02.07	Recebimento de Venda de Ativo Imobilizado	0	882
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	175.832	373.320
6.03.01	Ingressos de Novos Empréstimos e Debêntures	300.000	498.000
6.03.02	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos	-4	-4
6.03.03	Imposto de Renda sobre Juros Sobre Capital Próprio	-3.107	-3.613

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
6.03.05	Custo de Empréstimos	-997	-998
6.03.06	Pagamento de Obrigações por Arrendamento Financeiro	-72	-77
6.03.07	Adiantamento de Principal de Debêntures	-119.988	-119.988
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	86.721	112.745
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	108.420	89.302
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	195.141	202.047

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	207.227	254.083	267.540	0	1.054.959	1.783.809	0	1.783.809
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	207.227	254.083	267.540	0	1.054.959	1.783.809	0	1.783.809
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	21	0	0	0	21	0	21
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	21	0	0	0	21	0	21
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	357.920	0	357.920	0	357.920
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	357.920	0	357.920	0	357.920
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	17.333	-17.333	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	26.262	-26.262	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-8.929	8.929	0	0	0
5.07	Saldos Finais	207.227	254.104	267.540	375.253	1.037.626	2.141.750	0	2.141.750

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	207.227	253.844	223.320	0	1.121.215	1.805.606	0	1.805.606
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	207.227	253.844	223.320	0	1.121.215	1.805.606	0	1.805.606
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	63	0	0	0	63	0	63
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	63	0	0	0	63	0	63
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	185.725	0	185.725	0	185.725
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	185.725	0	185.725	0	185.725
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	17.959	-17.959	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	27.211	-27.211	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-9.252	9.252	0	0	0
5.07	Saldos Finais	207.227	253.907	223.320	203.684	1.103.256	1.991.394	0	1.991.394

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
7.01	Receitas	814.008	633.536
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	812.992	631.745
7.01.02	Outras Receitas	1.016	14
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	0	1.777
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-132.428	-237.651
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-99.666	-216.369
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-28.090	-17.166
7.02.04	Outros	-4.672	-4.116
7.02.04.01	Outros Custos Operacionais	-4.672	-4.116
7.03	Valor Adicionado Bruto	681.580	395.885
7.04	Retenções	-40.225	-41.157
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-40.225	-41.157
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	641.355	354.728
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	10.246	5.755
7.06.02	Receitas Financeiras	10.246	5.755
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	651.601	360.483
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	651.601	360.483
7.08.01	Pessoal	15.621	16.663
7.08.01.01	Remuneração Direta	14.300	14.609
7.08.01.02	Benefícios	588	1.202
7.08.01.03	F.G.T.S.	733	852
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	257.145	141.231
7.08.02.01	Federais	256.866	140.515
7.08.02.02	Estaduais	278	716
7.08.02.03	Municipais	1	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	20.915	16.864
7.08.03.01	Juros	20.675	16.511
7.08.03.02	Aluguéis	240	353
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	357.920	185.725
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	357.920	185.725

Comentário do Desempenho



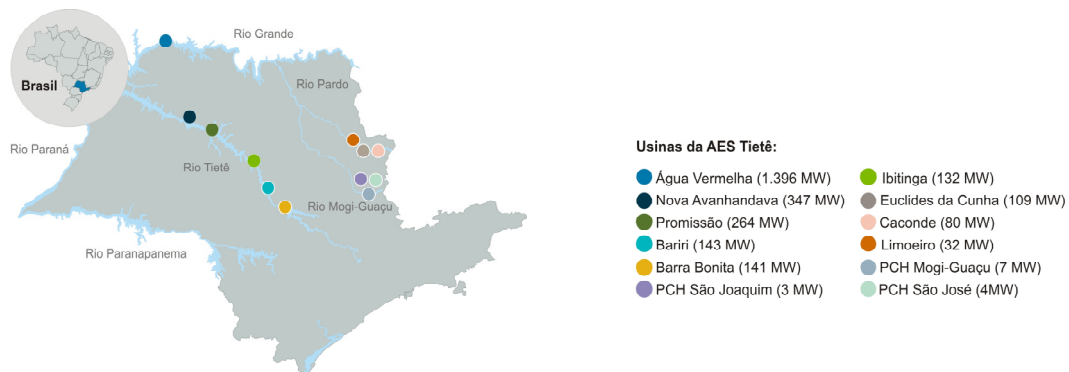
1 Perfil

A AES Tietê, uma das geradoras do grupo AES Brasil, é uma Companhia de capital aberto com ações listadas na BM&FBovespa e está autorizada, bem como sua controlada, a operar como concessionária de uso do bem público, na produção e comercialização de energia elétrica e na condição de produtor independente de energia.

A Companhia tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia (“MME”). O contrato de concessão foi assinado em 20 de dezembro de 1999, e tem prazo de 30 (trinta) anos.

A Companhia é uma das mais eficientes geradoras de energia elétrica do Brasil, com um parque gerador composto por 12 hidrelétricas, capacidade instalada de 2.658 MW e garantia física de 1.278 MW médios.

As hidrelétricas apresentadas na figura abaixo integram a Companhia. O complexo envolve nove usinas hidrelétricas e três pequenas centrais hidrelétricas (PCH’s), localizadas nos rios Tietê, Grande, Pardo e Mogi-Guaçu, nas regiões Central e Noroeste do Estado de São Paulo.



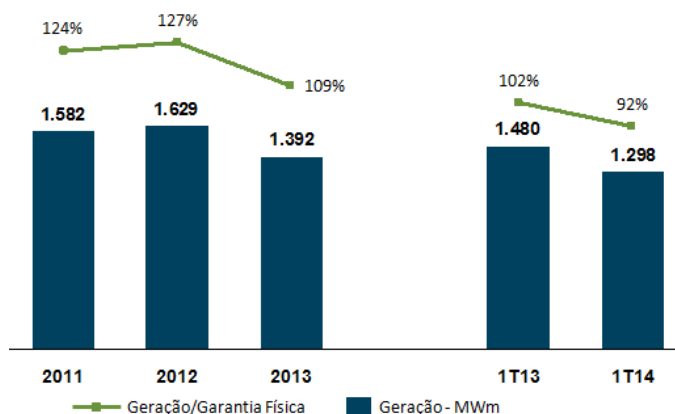
2 Energia gerada

No 1T14, as usinas da Companhia geraram 1.298 MWh de energia, volume 12,3% inferior ao 1T13. A variação é consequência da redução do nível médio de armazenamento dos reservatórios, impactado pelas baixas aflúncias registradas no 1T14, que resultou na decisão do ONS de reduzir o despacho das hidroelétricas no submercado Sudeste/Centro-oeste durante o 1T14, visando a recuperação dos níveis dos reservatórios, fato explicado pelo período atipicamente seco.

Comentário do Desempenho



Energia gerada – MW Médios



3 Energia faturada

No trimestre findo em 31 de março de 2014, a energia faturada pela Companhia apresentou redução de 14,3% em comparação ao 1T13. As variações são detalhadas a seguir:

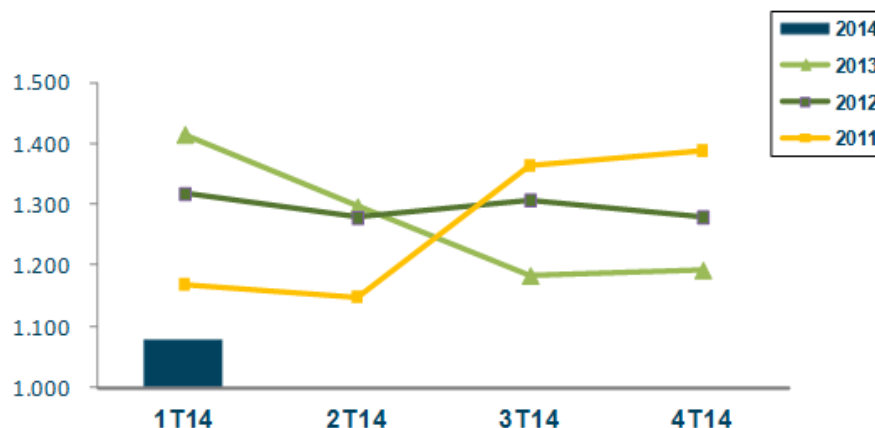
Energia faturada (Consolidado) - GWh	1T14	1T13	Var. R\$	Var. %
Energia Faturada	3.584	4.182	(598)	-14,3%
Contrato Bilateral AES Eletropaulo	2.329	3.058	(729)	-23,8%
CCEE	717	642	75	11,7%
Spot	541	42	499	1188,1%
MRE	176	600	(424)	-70,7%
Outros Contratos Bilaterais	538	482	56	11,6%

A quantidade de energia faturada para a AES Eletropaulo no 1T14 totalizou 2.329 GWh, representando uma redução de 23,8% em relação a 1T13. Essa variação é justificada pela sazonalidade do contrato, em que os volumes de energia podem oscilar no decorrer do ano.

Comentário do Desempenho



Demanda AES Eletropaulo (MW médios)



O volume de energia faturada por meio da CCEE no 1T14 aumentou 11,6% se comparado ao 1T13, devido principalmente ao maior volume de energia vendida no mercado spot (1188,1%), compensado pela redução de 70,7% na energia gerada no MRE. Com base na Resolução 584/2013, a Companhia teve a oportunidade de sazonalizar a garantia física para fins de lastro (contratos) diferente da alocação de energia no MRE, ao contrário do verificado em períodos anteriores.

4 Desempenho econômico-financeiro

	1T14	1T13	Var. R\$	Var. %
Contrato bilateral Eletropaulo	452.293	558.590	(106.297)	-19,0%
Contratos bilaterais	59.575	56.485	3.090	5,5%
MRE e Spot	301.124	16.670	284.454	1706,4%
Outras receitas	1.015	14	1.001	7150,0%
Receita operacional bruta	814.007	631.759	182.248	28,8%
Deduções da receita operacional bruta	(57.788)	(33.660)	(24.128)	71,7%
Receita operacional líquida	756.219	598.099	158.120	26,4%
Custos e despesas operacionais	(202.903)	(305.467)	102.564	-33,6%
Resultado do serviço	553.316	292.632	260.684	89,1%
Resultado financeiro	(10.429)	(10.756)	327	-3,0%
Imposto de renda e contribuição social	(184.967)	(96.151)	(88.816)	92,4%
Lucro líquido do período	357.920	185.725	172.195	92,7%

Em milhares de reais - Consolidado

4.1 Receita operacional líquida

A receita operacional líquida no 1T14 apresentou um incremento de R\$158.120 ou 26,4% em relação ao mesmo período do ano anterior, devido principalmente aos seguintes fatores:

Comentário do Desempenho



- Maior volume de energia vendida no mercado Spot (541 GWh no 1T14 ante 42 GWh no 1T13), somado ao maior preço dessa energia (R\$ 669,76/MWh no 1T14 ante R\$ 326,30/MWh no 1T13). Vale ressaltar que o baixo volume de chuvas no 1T14 e o despacho de termoeletricas foram fatores determinantes para o aumento do preço da energia no curto prazo;
- Incremento de outros contratos bilaterais no montante de R\$3.090 (538 GWh no 1T14 ante 482 GWh no 1T13) devido à estratégia de comercialização da Companhia, que tem como objetivo aumentar a base de clientes livres;
- Venda de créditos de carbono para o Banco Mundial, no montante de R\$1.006, o que não ocorreu no 1T13; parcialmente compensado pela;
- Menor receita com energia vendida através do contrato bilateral com a AES Eletropaulo, representando uma redução de R\$106.297 ou 729 GWh, devido a sazonalidade do contrato, compensado pelo reajuste no preço médio praticado no período, que passou de R\$182,66/MWh em 1T13 para R\$194,19/MWh em 1T14;
- Redução de R\$3.459 na receita auferida no Mecanismo de Realocação de Energia (“MRE”), devido ao menor volume de energia nele vendido (176 GWh no 1T14 ante 600 GWh no 1T13);
- Devido ao aumento da receita operacional bruta, conforme acima, houve um acréscimo nas despesas de Pis e Cofins, Pesquisa e Desenvolvimento e ICMS, no montante de R\$24.128, quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

4.2 Custos e despesas operacionais

	1T14	1T13	Var. R\$	Var. %
Custo com energia elétrica	(111.154)	(224.958)	113.804	-50,6%
Energia elétrica comprada para revenda	(69.673)	(185.622)	115.949	-62,5%
Encargos do uso do sistema de transmissão e conexão	(23.222)	(21.901)	(1.321)	6,0%
Taxa de fiscalização	(1.251)	(1.289)	38	-2,9%
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(17.008)	(16.146)	(862)	5,3%
Custo de operação	(91.749)	(80.509)	(11.240)	14,0%
Pessoal e administradores	(18.044)	(18.120)	76	-0,4%
Material e serviços de terceiros	(28.090)	(17.166)	(10.924)	63,6%
Entidade de previdência privada	(588)	(1.199)	611	-51,0%
Depreciação e amortização	(40.225)	(41.157)	932	-2,3%
Outros	(4.802)	(2.867)	(1.935)	67,5%
Total dos custos e despesas operacionais	(202.903)	(305.467)	102.564	-33,6%

Em milhares de reais - Consolidado

Comentário do Desempenho



4.2.1 Custo com energia elétrica

Os custos com energia elétrica no 1T14 apresentaram uma redução de R\$113.804 ou 50,6% em relação ao mesmo período do ano anterior, devido principalmente aos seguintes fatores:

- Redução de R\$115.959 nos custos com energia comprada para revenda. Esse resultado é influenciado, principalmente, pelo menor volume de energia comprada no mercado Spot no 1T14, (60 GWh no 1T14 ante 378 GWh no 1T13), ocasionada pela estratégia comercial de sazonalidade do contrato, adotada em 2014.
- Despesas com encargos do uso do sistema de transmissão e conexão, que tiveram aumento de R\$1.321 ou 6,0% em relação ao mesmo período do ano anterior, devido principalmente ao reajuste da tarifa de uso do sistema de transmissão (TUSD-rb) da usina de Água Vermelha (impacto de 7,6% 1T14 versus 1T13) e o reajuste previsto nos contratos de conexão das usinas hidrelétricas da Companhia, foram preponderantes para tal performance;
- Despesas com compensação financeira pela utilização de recursos hídricos, que apresentaram aumento de R\$862 ou 5,3% em relação ao mesmo período do ano anterior, influenciada pelo reajuste de 5,44% na Tarifa Atualizada de Referência (“TAR”), que foi fixada em R\$ 79,87/MWh desde janeiro de 2014, parcialmente compensado pelo menor volume de energia gerada no período (2.804 GWh no 1T14 ante 3.198 GWh no 1T13).

4.2.2 Custo de operação

No 1T14, os custos de operação apresentaram um aumento de R\$11.240 ou 14,0% em relação ao mesmo período do ano anterior, explicado principalmente pelos seguintes fatores:

- Às despesas com material e serviços de terceiros, que tiveram aumento de R\$10.924 ou 63,6% em relação ao mesmo período do ano anterior, devido principalmente à manutenção bianual das eclusas das usinas de Barra Bonita, Bariri, Ibitinga, Promissão e Nova Avanhandava, no valor de R\$7.100 e às ações de manutenções civis e manutenções preventivas nas usinas no valor de R\$2.400, de acordo com o plano de manutenções;
- Ao aumento dos outros custos, no montante de R\$1.935, principalmente relacionado à reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa no valor de R\$1.777, referente ao recebimento da massa falida do Banco Santos S.A. no 1T13, parcialmente compensado pelo;
- Redução da despesa com previdência privada no montante de R\$611, decorrente principalmente do aumento da taxa de desconto para mensuração da obrigação atuarial, ocasionando uma redução nesta despesa, conforme laudo atuarial de 31 de dezembro de 2013.

Comentário do Desempenho



4.3 Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido manteve-se estável em relação ao mesmo período do ano anterior, sendo uma despesa de R\$10.429 no 1T14, comparado a uma despesa de R\$10.756 no 1T13, principalmente ocasionado:

- Pelo acréscimo da receita de juros sobre aplicações financeiras (R\$10.342 no 1T14 ante R\$4.934 no 1T13) devido ao aumento da taxa e rentabilidade média do CDI (rentabilidade média de 101,12% a.a. no 1T14 ante 97,83% a.a. no 1T13) e maior saldo médio de aplicações financeiras no período (R\$533.697 no 1T14 ante 408.885 no 1T13), compensado pelo efeito positivo e não recorrente ocorrido no 1T13 referente ao recebimento de crédito com o Banco Santos no montante de R\$784;
- A variação positiva nas variações monetárias e cambiais foi proveniente principalmente do efeito positivo e não recorrente de levantamento de processo judicial de PIS (conforme apresentado na nota explicativa nº 17.1 das informações trimestrais), cuja atualização representa um montante de R\$1.270, somado ao acréscimo da variação cambial positiva sobre o repasse de energia Itaipu (R\$R\$1.045 no 1T14 ante R\$390 no 1T13), compensado parcialmente pelo;
- Aumento dos encargos de dívida (R\$31.354 no 1T14 ante R\$18.262 no 1T13), devido principalmente ao acréscimo da taxa média do CDI verificado no período (10,55% no 1T14 ante 7,01% no 1T13), compensado parcialmente pelo aumento dos juros capitalizados no valor de R\$5.538, oriundo do maior saldo de principal de dívida.

4.4 Lucro líquido

O lucro líquido no 1T14 foi de R\$357.920, representando um aumento de 92,7% ou R\$172.195 em relação ao mesmo período do exercício anterior, quando a Companhia teve um lucro líquido de R\$185.725. Esse incremento deve-se principalmente ao maior volume e preço de energia vendida no mercado Spot, somado ao menor custo com energia elétrica comprada para revenda.

Notas Explicativas

1. Informações gerais

A AES Tietê S.A. (Companhia ou Tietê), companhia de capital aberto, controlada diretamente pela Companhia Brasileira de Energia (Brasileira) e indiretamente pela The AES Corporation (sediada nos Estados Unidos da América), está autorizada a operar como concessionária de uso do bem público na produção e comercialização de energia elétrica, na condição de Produtor Independente de Energia, e tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. O contrato de concessão da Companhia, assinado em 20 de dezembro de 1999, tem prazo de 30 (trinta) anos.

A Companhia está sediada no Município de Barueri, localizada na Avenida Dr. Marcos Penteadado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, 6º andar, parte I, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, CEP 06460-040.

A Companhia é controladora direta da AES Rio PCH Ltda. (AES Rio), conforme detalhamento na nota explicativa nº 10.

A Companhia vende para a Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (Eletropaulo) 1.268 MW médios ou quase a totalidade de sua garantia física. O contrato firmado com a Eletropaulo tem sua vigência até 31 de dezembro de 2015 e determina a atualização anual do preço de venda da energia pela variação do IGP-M (vide nota explicativa nº 23).

O parque gerador da Tietê está composto pelas seguintes usinas:

Usina	Ano de conclusão	Quantidade de turbinas	Capacidade instalada MW	Garantia física MW
Mogi-Guaçu	1994	2	7	4
Limoeiro	1958	2	32	15
Caconde	1966	2	80	33
Euclides da Cunha	1960	4	109	49
Ibitinga	1969	3	132	74
Barra Bonita	1963	4	141	45
Bariri	1969	3	143	66
Promissão	1975	3	264	104
Nova Avanhandava	1982	3	347	139
Água Vermelha	1978	6	1.396	746
São Joaquim	2011	1	3	1
São José	2012	2	4	2
Total		35	2.658	1.278

Notas Explicativas

Obrigação de expansão

O Edital de Privatização previa a obrigação da Companhia para expandir a capacidade instalada do seu sistema de geração em, no mínimo, 15% (quinze por cento) no período de oito anos contados a partir da data de assinatura do Contrato de Concessão, ocorrida em 20 de dezembro de 1999. O Edital também previa que esta expansão deveria ser realizada por meio da implantação de novos empreendimentos no Estado de São Paulo ou através da contratação de energia de terceiros, proveniente de novos empreendimentos construídos no Estado de São Paulo, por prazo superior a cinco anos e respeitando as restrições regulamentares.

De forma a cumprir com tal obrigação, a Companhia, logo após seu leilão de privatização, envidou esforços, sob o antigo modelo do setor elétrico, para ampliar seu parque gerador em 15% (quinze por cento), que representam 398 MW. Esses esforços estão evidenciados por meio de 2 (dois) grandes projetos termelétricos.

Entretanto, a partir de 2004, sobrevieram profundas mudanças no ambiente regulatório do setor elétrico brasileiro que tornaram o cumprimento da obrigação de expansão acima referida inviável. Tais mudanças, somadas a outros motivos alheios à vontade da Companhia, assim como as condições de fornecimento de gás natural, insuficiência de recursos hídricos e ações judiciais propostas pelo Ministério Público Estadual, impossibilitaram a continuidade desses projetos.

Desde então, a Companhia vem diligenciando junto à Secretaria de Energia do Estado de São Paulo, com o objetivo de rever a obrigação de expansão para readequá-la à nova realidade setorial/regulamentar.

Em 12 de agosto de 2011, foi distribuída Ação pelo Estado de São Paulo visando compelir a Companhia a cumprir com a obrigação de expandir a capacidade instalada do seu sistema de geração em no mínimo 15% (quinze por cento) ou a pagar indenização por perdas e danos. Pela primeira instância foi concedida liminar determinando que a Companhia apresentasse, em até 60 dias, o seu plano para atendimento da obrigação de fazer compreendendo todos os aspectos necessários à sua plena consecução, sob pena de multa diária.

Em 06 de setembro de 2011 a Companhia foi citada na ação e cientificada oficialmente a respeito da liminar concedida. Em 11 de outubro de 2011 a Companhia foi intimada da decisão dos embargos de declaração, devendo observar o já referido prazo de 60 dias, contados a partir dessa data que se encerraria em 12 de dezembro de 2011. A Companhia apresentou em outubro de 2011 sua defesa bem como recurso contra a decisão que concedeu a liminar notificada.

Em 03 de novembro de 2011, entendendo que há a necessidade de examinar se existem condições materiais para o cumprimento da obrigação, a 2ª instância suspendeu a liminar

Notas Explicativas

outrora concedida em favor do Estado de São Paulo até o julgamento do recurso apresentado pela Companhia em outubro de 2011.

Em 19 de março de 2012 o recurso apresentado foi julgado em desfavor da Companhia, determinando a apresentação do plano para atendimento da expansão de capacidade.

Em 26 de abril de 2012, a Companhia apresentou seu Plano de Expansão de Capacidade ao juízo de 1ª instância, que consiste no Projeto “Termo São Paulo”, para a implantação de uma termoeletrica a gás natural, com capacidade de geração aproximadamente de 550 MW.

Em 12 de setembro de 2012, foi proferida decisão em 1ª instância determinando que o Estado de São Paulo se manifeste sobre o Plano de Expansão de Capacidade da Companhia.

Em 06 de dezembro de 2012, foi juntada no processo a manifestação do Estado de São Paulo sobre o Plano de Expansão de Capacidade apresentado pela Companhia (“Termo São Paulo”), com as alegações seguintes: i) o plano apresentado é consistente; ii) não existe garantia do fornecimento de gás natural da Petrobrás, o que prejudicaria a execução do plano; iii) a usina termoeletrica não seria a única alternativa para cumprir a obrigação de expansão; iv) mesmo que o gás seja fornecido pela Petrobrás, não há garantia de vitória no leilão (para a construção da usina) e tal fato (não vencer o leilão) não pode ser interpretado como uma justificativa para o não cumprimento da obrigação.

O juízo de 1ª instância determinou que a Companhia se manifestasse sobre os comentários do Estado de São Paulo acerca do plano, bem como que as partes informassem se havia interesse na realização de uma audiência de tentativa de conciliação. A Audiência de Conciliação foi realizada em 09 de outubro de 2013, tendo o juiz responsável pelo caso determinado a suspensão do processo, para que a Companhia estude alternativas para expandir sua capacidade de geração que não o plano de expansão anteriormente apresentado em juízo.

Em 13 de março de 2014, foi publicada determinação do juízo para que as partes informassem se houve uma conciliação, tendo tanto a Companhia, quanto o Estado de São Paulo, apresentado pedido de suspensão do processo por mais 60 dias, a fim de dar continuidade às negociações.

Por fim, é importante destacar que eventual atraso no cumprimento da obrigação de expansão, após a definição de seu prazo pelo juízo, poderá resultar em multa a ser solicitada pelo Governo do Estado, portanto, não há ainda a certeza que o Estado terá seu pedido atendido pelo Poder Judiciário. Conforme informações dos assessores legais da Companhia, a chance de perda da ação é classificada como possível.

Notas Explicativas

Novos projetos vinculados à obrigação de expansão

Conforme mencionado anteriormente, a Companhia estuda a viabilidade de implantar uma termoelétrica a gás natural, com capacidade instalada de aproximadamente 550 MW.

O empreendimento, localizado no município de Canas no Estado de São Paulo, tem sua Licença Ambiental Prévia em vigor e válida até outubro de 2016, tendo sido emitida no dia 20 de outubro de 2011 pela Companhia Estadual de Tecnologia de Saneamento Básico e Controle de Poluição das Águas – CETESB.

Em 30 de novembro de 2011, o Ministério Público e a Defensoria Pública do Estado de São Paulo ajuizaram ação civil pública contra o Estado de São Paulo, a Companhia e a CETESB, argumentando a nulidade do procedimento de licenciamento ambiental e solicitando em pedido liminar a suspensão dos efeitos da Licença Ambiental Prévia, o que foi concedido pelo Judiciário em 30 de março de 2012. Em 23 de abril de 2012, a Companhia voluntariamente se deu por intimada para apresentação dos recursos cabíveis contra a decisão. Em 15 de maio de 2012, o Tribunal de Justiça de São Paulo suspendeu a liminar que suspendia os efeitos da Licença Ambiental Prévia emitida pela CETESB e, em 31 de janeiro de 2013, o Tribunal julgou o recurso favoravelmente à Companhia mantendo, desta forma, os efeitos da Licença Ambiental Prévia. Em 14 de março de 2013 a Defensoria Pública apresentou pedido de esclarecimentos, argumentando que a decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo não considerou expressamente algumas legislações ambientais. Em 27 de junho de 2013 o pedido de esclarecimento foi considerado descabido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, sob fundamento de que todos os pontos relevantes para julgamento da demanda foram analisados e que não há ofensa aos dispositivos legais ambientais. Em 20 de agosto de 2013 a Defensoria Pública interpôs recursos ao Superior Tribunal de Justiça e ao Supremo Tribunal Federal contra a decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo favorável à Companhia que manteve os efeitos da Licença Prévia, os quais ainda não foram julgados. Com relação ao processo principal, aguarda-se a evolução do processo para produção de provas e posterior decisão judicial.

A Companhia segue com o processo de licenciamento ambiental desenvolvendo planos e programas para obtenção da Licença Ambiental de Instalação e analisando alternativas para o fornecimento de gás, para que desta forma esteja apta para participar de leilões de energia nova ao longo de 2014.

Além do projeto supracitado, a Companhia adquiriu, em 27 de março de 2012, a opção de compra de um projeto de usina termelétrica, com capacidade instalada líquida de 579 MW, a ser instalada no município de Araraquara no Estado de São Paulo. Com isso, foi garantida exclusividade para avaliação do projeto nos próximos anos e a possibilidade de adequá-lo aos padrões de desenvolvimento de negócios da Companhia. Caso os dois projetos sejam executados simultaneamente, a Companhia acredita que exista potencial de sinergia e redução de custos. O desenvolvimento destes projetos depende da obtenção de um contrato de fornecimento de gás. Até 31 de março de 2014, a Companhia não firmou contrato de fornecimento de gás.

Notas Explicativas

Adicionalmente, contribuem para o cumprimento da meta de Obrigação de Expansão a PCH São Joaquim 3 MW e a PCH São José 4 MW, além de dois contratos de longo prazo de compra de energia provenientes de biomassa de cana-de-açúcar, que totalizam 10 MW médios.

2. Base de preparação e apresentação das informações contábeis

Em 28 de abril de 2014, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão da elaboração do Formulário de Informações Trimestrais – ITR, submetendo-o nesta data à aprovação do Conselho de Administração e ao exame do Conselho Fiscal.

2.1 Declaração de conformidade

As informações contábeis consolidadas, identificadas como “Consolidado”, foram preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações contábeis individuais da controladora, identificadas como “Controladora” ou “Individuais”, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), os quais foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), incluindo também normas complementares emitidas pela CVM.

As informações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pelas opções de ações outorgadas e pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo e pela avaliação do ativo imobilizado ao seu valor atribuído (“*deemed cost*”), na data de transição em janeiro de 2009.

As informações contábeis individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controlada pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação societária vigente no Brasil. Desta forma, essas informações contábeis individuais não estão de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), que exigem a avaliação desses investimentos nas informações contábeis da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Notas Explicativas

2.2 Base de preparação e apresentação

Todos os valores apresentados nestas informações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. Devido ao uso de arredondamentos, os números ao longo deste documento podem não perfazerem precisamente aos totais apresentados.

2.3 Moeda funcional, conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e de apresentação

As informações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de sua controlada. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

(b) Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas utilizando a moeda funcional da Companhia, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data base das informações contábeis.

2.4 Critérios de consolidação

As informações contábeis consolidadas incluem a seguinte controlada:

Descrição	Atividade	Participação	
		31.03.2014	31.12.2013
Controlada direta:			
AES Rio PCH Ltda. ("Rio PCH")	Geração	100%	100%

Todos os saldos e transações com a empresa consolidada são eliminados na consolidação. As principais eliminações são:

- Saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas controladora e controlada, assim como as receitas e despesas das suas transações.
- Participação no capital social e no lucro líquido (prejuízo) do período da empresa controlada.

O exercício social da controlada incluída na consolidação coincide com o da controladora, as políticas contábeis são aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pela controladora

Notas Explicativas

e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. As transações entre a controladora e empresa controlada são realizadas em condições estabelecidas entre as partes.

3. Políticas contábeis e estimativas

As informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas com base nas mesmas políticas, julgamentos e estimativas contábeis descritos nas notas explicativas 3.1 a 3.22 divulgadas nas demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

4. Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2014	31.12.2013	31.03.2014	31.12.2013
Caixa e equivalentes de caixa				
Numerário disponível	795	377	808	388
Operações compromissadas (i)	159.571	83.839	159.571	83.839
CDB-DI (i)	34.762	24.193	34.762	24.193
Subtotal	195.128	108.409	195.141	108.420
Investimentos de curto prazo				
Operações compromissadas (i)	260.056	151.516	260.919	152.395
CDB-DI (i)	62.113	94.992	62.113	95.010
Fundo de investimentos (i)	99.744	100.902	99.744	100.902
Subtotal	421.913	347.410	422.776	348.307
Total	617.041	455.819	617.917	456.727

- (i) O saldo de aplicações financeiras em 31 de março de 2014 está representado por operações de CDB, fundos de investimentos e operações compromissadas (*) com liquidez diária e com rentabilidade média no período de 101,12% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI. Em 31 de dezembro de 2013, as aplicações tinham a mesma natureza e foram remuneradas em média a 100,27% do CDI.

O fundo de investimento é administrado por instituição financeira de primeira linha, destinado exclusivamente a receber recursos da Companhia e cujo objetivo é o de buscar rentabilidade compatível com investimentos tradicionais de renda fixa, mediante aplicação de, no mínimo, 80% de seu patrimônio líquido em ativos relacionados diretamente com taxa de juros doméstica ou índices de preço. Em 31 de março de 2014, os ativos do fundo de investimentos eram compostos por CDBs, Operações Compromissadas e Letras Financeiras do Tesouro, os quais não incluem instrumentos financeiros derivativos. Os ativos desse fundo de investimento estão valorizados ao seu valor de mercado.

- (*) As operações compromissadas são títulos emitidos pelos bancos com o compromisso de recompra do título por parte do banco e de revenda pela Companhia, com taxas definidas, prazos pré-determinados, lastreados por títulos

Notas Explicativas

privados ou públicos dependendo da disponibilidade do banco e são registradas na CETIP.

5. Consumidores e revendedores

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2014	31.12.2013	31.03.2014	31.12.2013
Contratos bilaterais	21.589	17.563	21.589	17.563
MRE e Spot	196.808	20.093	196.808	20.093
Energia livre ⁽ⁱ⁾	13.075	13.075	13.075	13.075
Total	231.472	50.731	231.472	50.731

- ⁽ⁱ⁾ A Resolução Normativa nº 387, de 15 de dezembro de 2009 da ANEEL, estabeleceu uma nova metodologia de cálculo dos saldos de Energia Livre e da Perda de Receita, para o período posterior ao encerramento da cobrança da Recomposição Tarifária Extraordinária – RTE nas tarifas de fornecimento.

A Companhia apurou e contabilizou saldos a receber e a pagar, com base na emissão dos despachos ANEEL nº 2.517/10, 1.068/11 e 1.469/11. Em 31 de março de 2014, a Companhia possui saldo a pagar de R\$948 e a receber de R\$13.075.

Os recebimentos e pagamentos referentes à energia livre estão condicionados à decisão no final do mandado de segurança impetrado pela ABRADDEE, na qualidade de representante de suas associadas, contra os despachos ANEEL nº 2.517/10 e nº 1.068/11, alegando que os mesmos afetam prejudicialmente toda a sistemática originalmente estabelecida na Recomposição Tarifária Extraordinária (RTE) entre geradoras e distribuidoras de energia elétrica.

As transações de energia no mercado de curto prazo (MRE e Spot) são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia no curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência.

A Companhia não requer garantias sobre as vendas de energia no mercado de curto prazo, bem como, sobre os valores a receber acerca da energia livre. As garantias são determinadas de acordo com as regras de mercado estabelecidas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e ANEEL, respectivamente.

Notas Explicativas

6. Tributos e contribuições sociais

6.1 Composição dos tributos e contribuições sociais diferidos ativos e passivos

	Balanco Patrimonial		Resultado	
	31.03.2014	31.12.2013	31.03.2014	31.03.2013
O imposto de renda e contribuição social diferidos referem-se a:				
Provisão para participação nos lucros e resultados	796	2.164	(1.368)	(1.421)
Provisão para processos fiscais	949	1.630	(681)	15
Provisão para processos trabalhistas	2.960	2.901	59	19
Provisão para processos cíveis	10.054	9.885	169	147
Provisão para fornecedores de materiais e serviços	7.147	8.216	(1.069)	(1.839)
Provisões de meio ambiente	2.996	2.945	51	-
Ativo imobilizado - custo atribuído	(533.609)	(542.538)	8.929	9.252
Ativo intangível - uso do bem público	(14.409)	(14.635)	226	225
Ajuste avaliação atuarial (outros resultados abrangentes)	(925)	(925)	-	-
Outras	(11.975)	(11.259)	(716)	(1.107)
Subtotal	(536.016)	(541.616)	5.600	5.291
Benefício fiscal gerado pela incorporação do ágio - nota nº 9	-	-	(2.675)	(2.481)
Receita de imposto de renda e contribuição social diferidos			2.925	2.810
Tributos diferidos ativos	29.856	33.609		
Tributos diferidos passivos	(565.872)	(575.225)		
Passivo fiscal diferido, líquido	(536.016)	(541.616)		
Reconciliação do passivo fiscal diferido, líquido				
	31.03.2014			
Saldo inicial	(541.616)			
Efeito dos tributos diferidos no resultado do período	5.600			
Saldo final	(536.016)			

Em 22 de janeiro de 2014, a Companhia submeteu para aprovação do Conselho de Administração e exame do Conselho fiscal o estudo técnico de viabilidade de realização dos créditos tributários. A Administração entende que o estudo aprovado relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 ainda é consistente com o seu plano de negócio, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos.

A Companhia estima que os saldos em 31 de março de 2014, referentes aos impostos diferidos ativos serão recuperados através de geração de lucros tributáveis futuros pelo prazo da concessão, que se encerra em 2029.

Notas Explicativas

6.2 Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

	Consolidado			
	31.03.2014		31.03.2013	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Composição no resultado:				
Corrente	(138.081)	(49.811)	(72.682)	(26.279)
Diferido	2.106	819	2.047	763
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(135.975)	(48.992)	(70.635)	(25.516)
Demonstração do cálculo dos tributos:				
Resultado antes dos tributos	542.887	542.887	281.876	281.876
Adições (exclusões):				
Doações	481	481	807	807
Outros	988	992	826	833
Subtotal	1.469	1.473	1.633	1.640
Base de cálculo	544.356	544.360	283.509	283.516
Alíquota	25%	9%	25%	9%
Tributos	(136.089)	(48.992)	(70.877)	(25.516)
Incentivos Fiscais	108	-	236	-
Outros	6	-	6	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(135.975)	(48.992)	(70.635)	(25.516)
Alíquota efetiva	25,0%	9,0%	25,1%	9,1%

Em 2009, foi sancionada a Lei nº 11.941/2009, resultado da conversão em lei da Medida Provisória nº 449/2008, criando o chamado Regime Tributário de Transição (“RTT”), o qual, em síntese, busca neutralizar os impactos da adoção das novas práticas contábeis instituídas pela Lei nº 11.638/2007 e pelos artigos 37 e 38 da própria Lei nº 11.941/2009. Para os anos-calendário de 2008 e 2009, o RTT foi optativo e passou a ser obrigatório a partir do ano-calendário de 2010.

A Companhia optou pelo Regime Tributário de Transição e desde 2008 vem registrando imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ajustes oriundos da adoção das novas práticas contábeis (CPC’s), não gerando impactos de caixa. Tal regime vigorará até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos tributários dos novos métodos e critérios contábeis.

Em 17 de setembro de 2013, foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) a Instrução Normativa RFB nº 1.397 de 16 de setembro de 2013. Adicionalmente foi publicada a Medida Provisória nº 627 de 11 de novembro de 2013.

Esses dois normativos legais tratam de forma geral, da distribuição de dividendos e de juros sobre capital próprio e definem que para fins de apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) da pessoa jurídica sujeita ao RTT – Regime Tributário de Transição, devem ser considerados os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007, dentre outras disposições.

Apesar da validade das referidas normas legais estarem sendo amplamente discutida no mercado, a Companhia amparada pela posição de seus assessores externos, avaliou os possíveis impactos de sua aplicabilidade até o ano base de 2014 e não identificou efeitos

Notas Explicativas

relevantes sobre suas informações trimestrais. A Companhia não optou pela aplicação dos efeitos da MP. 627/13 para o ano-calendário de 2014, conforme prevê o artigo 71, desta forma os impactos dessa Medida Provisória deverão ocorrer somente a partir de 1º de janeiro de 2015.

7. Tributos e contribuições sociais

7.1 Tributos e contribuições sociais compensáveis

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2014	31.12.2013	31.03.2014	31.12.2013
<u>Imposto de renda e contribuição social a compensar</u>				
Imposto de renda	12.038	16	12.038	20
Contribuição social	6.993	7	6.993	7
Imposto de renda retido na fonte	3.867	8.982	3.883	8.996
Total	22.898	9.005	22.914	9.023
<u>Outros tributos a compensar</u>				
PIS	240	2.645	240	2.645
COFINS	1.106	12.186	1.106	12.186
Outros tributos	-	134	-	134
Total	1.346	14.965	1.346	14.965
Total circulante	24.244	23.970	24.260	23.988
<u>Outros tributos a compensar</u>				
ICMS	791	791	791	791
Total não circulante	791	791	791	791

Notas Explicativas

7.2 Tributos e contribuições sociais a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2014	31.12.2013	31.03.2014	31.12.2013
<u>Imposto de renda e contribuição social a pagar</u>				
Imposto de renda	138.081	289.956	138.081	289.959
Contribuição social	49.811	97.752	49.811	97.754
Total	187.892	387.708	187.892	387.713
<u>Outros tributos a pagar</u>				
Federais:				
PIS	2.027	1.135	2.027	1.135
COFINS	9.345	5.236	9.345	5.236
INSS	1.548	914	1.548	914
IRRF	64	229	64	229
Outros tributos	478	438	479	438
Subtotal - Federais	13.462	7.952	13.463	7.952
Estaduais:				
ICMS	128	228	128	228
Subtotal - Estaduais	128	228	128	228
Municipais:				
ISS	202	541	202	541
Subtotal - Municipais	202	541	202	541
Total - Outros tributos a pagar	13.792	8.721	13.793	8.721

A Companhia é tributada pelo regime de lucro real com recolhimento por base em estimativa mensal, com o ajuste anual em dezembro de cada ano calendário. Os valores de imposto de renda e contribuição social a recolher por estimativa e ajuste anual devem ser recolhidos no último dia útil do mês subsequente ao período de apuração e poderão ser deduzidos de impostos retidos na fonte de mesma natureza dentro do mesmo ano calendário.

Notas Explicativas

8. Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2014	31.12.2013	31.03.2014	31.12.2013
Circulante				
Cauções e depósitos vinculados	555	548	555	548
Alienação de bens e direitos	626	626	626	626
Outros	308	331	309	331
Adiantamento 1ª emissão de debêntures (i)	132.926	-	132.926	-
Total	134.415	1.505	134.416	1.505
Não circulante				
Banco Santos	12.609	12.609	12.609	12.609
Total	12.609	12.609	12.609	12.609
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Banco Santos	(12.609)	(12.609)	(12.609)	(12.609)
Saldo líquido da provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-

- (i) De acordo com o contrato de prestação de serviços de escrituração da 1ª emissão de debêntures firmado com o Itaú Corretora de Valores S.A., a Companhia deve transferir 40% do valor total de juros e/ou principal a ser pago como antecipação um dia útil antes do vencimento contratual. Quando do vencimento contratual o Itaú realizará o pagamento aos titulares das debêntures. Dessa forma, em 31 de março de 2014, a Companhia realizou um adiantamento no montante de R\$132.926 (R\$119.988 de principal e R\$12.938 de juros) cujo vencimento contratual ocorreu em 01 de abril de 2014.

9. Tributos a recuperar (não circulante)

Os tributos a recuperar classificados no ativo não circulante referem-se aos benefícios fiscais gerados pelas incorporações do ágio da controladora AES Gás Ltda. e da AES Tietê Participações S.A. pela Companhia e estão registrados de acordo com os conceitos das Instruções CVM 319/99 e 349/01.

Os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais da Companhia apresentam contas específicas relacionadas com o ágio incorporado, provisão para reserva especial de ágio, no patrimônio líquido, e amortização, reversão e crédito fiscal correspondentes, no resultado do exercício. Em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, os saldos estavam assim representados:

Notas Explicativas

	Controladora e Consolidado			
	31.03.2014			31.12.2013
	Ágio	Provisão	Valor líquido	Valor líquido
<u>AES Gás Ltda.</u>				
Saldos oriundos da incorporação	808.304	(541.564)	266.740	266.740
Amortização acumulada	(574.260)	384.151	(190.109)	(188.061)
Subtotal	234.044	(157.413)	76.631	78.679
<u>AES Tietê Participações S.A.</u>				
Saldos oriundos da incorporação	82.420	(54.397)	28.023	28.023
Amortização acumulada	(52.466)	34.274	(18.192)	(17.565)
Subtotal	29.954	(20.123)	9.831	10.458
Saldos em cada data-base	263.998	(177.536)	86.462	89.137

Os ágios e as correspondentes provisões vêm sendo amortizados pelo prazo de concessão da Companhia, de acordo com a curva de expectativa de rentabilidade futura estabelecida pela ANEEL, através do Ofício 87, de 16 de janeiro de 2004.

Segue abaixo a movimentação dos tributos a recuperar:

	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2013	89.137
Amortização	(7.059)
Reversão	4.384
Saldo em 31 de março de 2014	86.462

Em 31 de março de 2014, a Companhia registrou R\$2.675 de benefício fiscal do ágio (R\$2.481 em 31 de março de 2013), conforme demonstrado na nota explicativa nº 6.1.

10. Investimentos

	Controladora	
	31.03.2014	31.12.2013
Investimento em controlada:		
AES Rio PCH Ltda.	1.535	1.580
Adiantamento para futuro aumento de capital:		
AES Rio PCH Ltda.	2.327	2.327
Total	3.862	3.907

Notas Explicativas

O investimento em controlada é atualmente representado pela participação na AES Rio PCH Ltda. (AES Rio), conforme detalhamento abaixo:

AES Rio

	31.03.2014	31.12.2013
Quantidade de quotas do capital social	24.267.465	24.267.465
Percentual de participação	100%	100%
Valor do capital social	24.267	24.267
Valor do patrimônio líquido	1.535	1.580
Lucro (Prejuízo) do período	(45)	25

O projeto de Piabanha consistia na construção de três PCHs localizadas no Estado do Rio de Janeiro por meio da subsidiária AES Rio. A capacidade instalada total desses projetos era de 52 MW.

Após realizar uma criteriosa reavaliação de todos os aspectos do projeto por meio de análises de viabilidade e estudos de sensibilidade aos riscos envolvidos na execução do projeto, foi constatada a baixa probabilidade de retorno do referido projeto. Conseqüentemente, foi constituída uma provisão para a redução ao provável valor de realização do total dos ativos intangíveis (licenças, despesas legais, depósitos judiciais e outros) associados ao projeto em 2009. Os valores remanescentes no ativo imobilizado da Companhia referem-se ao valor contábil dos terrenos onde seriam construídas as PCHs, os quais estão registrados ao seu provável valor de realização.

As autorizações das três PCHs já foram revogadas pela ANEEL e a Companhia vem estudando medidas a serem tomadas considerando as opções de mercado existentes no momento.

Notas Explicativas

11. Imobilizado e intangível

11.1 Imobilizado

(a) A composição dos saldos do ativo imobilizado é a seguinte:

	Consolidado			
	31.03.2014			31.12.2013
	Taxas médias anuais de depreciação (%) (*)	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Controladora:				
Terrenos	-	407.783	-	407.783
Reservatórios, barragens e adutoras	3,4%	2.823.409	(1.507.195)	1.316.214
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,3%	639.844	(416.095)	223.749
Máquinas e equipamentos	3,7%	1.394.695	(542.377)	852.318
Veículos	13,5%	7.384	(3.141)	4.243
Equipamentos de informática (Arrendamento financeiro)	25,0%	810	(591)	219
Móveis e utensílios e outros	6,7%	4.482	(2.728)	1.754
Imobilizado em serviço		5.278.407	(2.472.127)	2.806.280
Imobilizado em curso (I)		324.410	-	324.410
Obrigações especiais		(4.781)	-	(4.781)
Imóveis destinados a uso futuro		2.099	-	2.099
Total Imobilizado – Controladora		5.600.135	(2.472.127)	3.128.008
AES Rio PCH Ltda.:				
Imobilizado em curso (I)		3.000	-	3.000
Total Imobilizado – AES Rio		3.000	-	3.000
Total Consolidado		5.603.135	(2.472.127)	3.131.008
Resumo Consolidado:				
Imobilizado em serviço		5.278.407	(2.472.127)	2.806.280
Imobilizado em curso (I)		327.410	-	327.410
Obrigações especiais		(4.781)	-	(4.781)
Imóveis destinados a uso futuro		2.099	-	2.099
Total Imobilizado		5.603.135	(2.472.127)	3.131.008

(I) O saldo de imobilizado em curso é composto, principalmente, por gastos com a modernização em algumas de suas unidades geradoras. Esses ativos serão classificados como imobilizado em serviço assim que entrarem e/ou retornarem para suas operações.

(*) A taxa média é calculada considerando o saldo inicial, as adições e as baixas realizadas durante o período.

Notas Explicativas

(b) Movimentação do ativo imobilizado

A movimentação do ativo imobilizado no trimestre findo em 31 de março de 2014 é como segue:

Custo	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Equipamentos de informática, móveis e utensílios e outros	Em curso	Obrigações especiais e imóveis destinados a uso futuro	Total controladora	Total controlada	Total consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2013	407.783	2.823.409	639.844	1.381.074	7.384	5.292	300.977	(2.682)	5.563.081	3.000	5.566.081
Adições	-	-	-	13.621	-	-	37.243	-	37.243	-	37.243
Transferências (1)	-	-	-	(13.810)	-	-	(13.810)	-	(189)	-	(189)
Saldo em 31 de março de 2014	407.783	2.823.409	639.844	1.394.695	7.384	5.292	324.410	(2.682)	5.600.135	3.000	5.603.135
Depreciação acumulada											
Saldo em 31 de dezembro de 2013	-	(1.483.854)	(412.737)	(529.856)	(2.940)	(3.213)	-	-	(2.432.600)	-	(2.432.600)
Adições	-	(23.341)	(3.358)	(12.521)	(201)	(106)	-	-	(39.527)	-	(39.527)
Saldo em 31 de março de 2014	-	(1.507.195)	(416.095)	(542.377)	(3.141)	(3.319)	-	-	(2.472.127)	-	(2.472.127)

(i) O saldo de transferências no valor de R\$ 189 refere-se às adições de intangíveis - vide nota explicativa nº 11.2

Notas Explicativas

(c) **Dos bens vinculados à concessão**

Os bens e as instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia são vinculados à concessão e não podem ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

Os bens vinculados à concessão representam a totalidade do saldo do ativo imobilizado da controladora, com exceção dos arrendamentos financeiros, sendo o montante total de bens vinculados à concessão na data base de 31 de março de 2014 equivalente a R\$3.127.789 (R\$3.130.215 em 31 de dezembro de 2013).

(d) **Obrigações especiais (valor originário da cisão da CESP)**

Referem-se às contribuições recebidas do consumidor para possibilitar a execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica, e sua eventual liquidação ocorrerá de acordo com determinações do Poder Concedente.

(e) **Obrigações de expansão**

Conforme descrito na nota explicativa nº 1, a Companhia tem a obrigação de expandir a capacidade instalada em 15%, o que ainda não foi possível devido a alterações significativas nas premissas originais.

(f) **Características do contrato de concessão**

Em 20 de dezembro de 1999 foi firmado o contrato de concessão nº 92/99 (ANEEL – Tietê) com o objeto da produção e comercialização de energia elétrica, na condição de Produtor Independente, por meio das centrais geradoras descritas na nota explicativa nº 1 e das instalações de transmissão de interesse restrito a essas centrais geradoras.

O prazo de vigência do contrato é de 30 anos, contado a partir da data de sua assinatura, o qual poderá ser prorrogado mediante requerimento que deve ser apresentado 36 meses antes do término do prazo do contrato. A ANEEL deverá se manifestar sobre o requerimento da prorrogação até o 18º mês anterior ao término do prazo da concessão. O deferimento do requerimento levará em consideração o cumprimento dos requisitos de exploração adequada.

O contrato de concessão estabelece que a energia elétrica seja comercializada pela Concessionária tendo em vista sua condição de Produtor Independente, observadas as condições estabelecidas no contrato de concessão e na legislação específica. Conforme descrito na nota explicativa nº 1, quase a totalidade da garantia física da

Notas Explicativas

Companhia está negociada através de contrato bilateral com a Eletropaulo. Vide nota explicativa nº 23.

O contrato de concessão estabeleceu encargos relacionados ao cumprimento dos termos do contrato, do Edital de Privatização, da legislação sobre a exploração de potenciais hidráulicos, à manutenção das operações, dos equipamentos das usinas e de pessoal técnico apropriado, bem como observar as regulamentações setoriais, ambientais (obrigação de reflorestamento, preservação das margens, povoamento de peixes, entre outros) e a legislação vigente aplicáveis à Companhia de modo a assegurar a continuidade, regularidade e eficiência da exploração dos aproveitamentos hidrelétricos.

Conforme a subcláusula 2ª da Cláusula 11, é estabelecido que no advento do termo final do Contrato os bens e as instalações vinculados à produção independente de energia elétrica nos aproveitamentos hidrelétricos passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados e apurados por auditoria da ANEEL.

Considerando que as condições estabelecidas pela ICPC 01 Contratos de Concessão não se aplicam integralmente, a Administração da Companhia concluiu que seu Contrato de Concessão está fora do escopo da ICPC 01 e, portanto, os bens vinculados à concessão estão registrados sob a rubrica do ativo imobilizado.

Conforme descrito na nota explicativa nº 11.2, o contrato de concessão estabeleceu o pagamento pelo Uso do Bem Público (UBP) no período de 5 anos, em parcelas mensais, atualizados pelo IGP-M. Esse encargo foi integralmente pago no período de janeiro de 2000 a dezembro de 2004.

Notas Explicativas

11.2 Intangível

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2014	31.12.2013	31.03.2014	31.12.2013
Intangível:				
<u>Ativo intangível - uso do bem público</u>				
Custo	73.174	73.174	73.174	73.174
Amortização	(30.795)	(30.131)	(30.795)	(30.131)
Total do ativo intangível - uso do bem público	42.379	43.043	42.379	43.043
<u>Outros intangíveis</u>				
Custo	42.911	42.722	42.911	42.722
Amortização	(6.956)	(6.258)	(6.956)	(6.258)
Total dos outros intangíveis	35.955	36.464	35.955	36.464
Total intangível	78.334	79.507	78.334	79.507

A movimentação do intangível é como segue:

	Consolidado		
	Uso do Bem Público	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	43.043	36.464	79.507
Amortização	(664)	(698)	(1.362)
Adição	-	189	189
Saldo em 31 de março de 2014	42.379	35.955	78.334

O uso do bem público (UBP) refere-se ao pagamento efetuado em bases mensais, no período de 2000 a 2004, conforme disposto na cláusula quinta do contrato de concessão da Companhia. Os valores pagos foram registrados como um ativo intangível relacionado à concessão. A amortização deste ativo é feita pelo método linear durante o prazo de vigência do contrato de concessão.

12. Fornecedores

A composição da conta de fornecedores é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2014	31.12.2013	31.03.2014	31.12.2013
Circulante:				
Energia de curto prazo e energia livre	21.409	17.601	21.409	17.601
Uso do sistema de transmissão - TUST	6.498	6.190	6.498	6.190
Uso dos sistemas de distribuição- TUSDg	1.863	1.899	1.863	1.899
Materiais e serviços	31.264	79.053	31.293	79.070
Materiais e serviços - partes relacionadas (nota nº 23)	85	71	85	71
Total	61.119	104.814	61.148	104.831

Notas Explicativas

13. Debêntures, empréstimos e financiamentos e arrendamento financeiro

13.1 Os saldos de debêntures não conversíveis, empréstimos e financiamentos e arrendamento financeiro são compostos da seguinte forma:

Instituições Financeiras / Credores	Vencimento	Taxa efetiva ⁽ⁱ⁾ (%)	31.03.2014						
			Circulante				Não Circulante		
			Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar	Total
Debêntures									
Debêntures - 1ª Emissão (a)	2015	CDI+1,37	32.063	299.970	(503)	331.530	300.060	(42)	300.018
Debêntures - 2ª Emissão (b)	2019	CDI+0,89	19.032	-	(386)	18.646	498.000	(1.415)	496.585
Debêntures - 3ª Emissão (c)	2020	110,10% do CDI	908	-	(160)	748	300.000	(837)	299.163
Subtotal			52.003	299.970	(1.049)	350.924	1.098.060	(2.294)	1.095.766
Arrendamento financeiro									
Arrendamento financeiro (d)		8,40 a 13,90	-	176	-	176	95	-	95
Subtotal			-	176	-	176	95	-	95
Total da dívida			52.003	300.146	(1.049)	351.100	1.098.155	(2.294)	1.095.861

Instituições Financeiras / Credores	Vencimento	Taxa efetiva ⁽ⁱ⁾ (%)	31.12.2013						
			Circulante				Não Circulante		
			Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar	Total
Debêntures									
Debêntures - 1ª Emissão (a)	2015	CDI+1,37	15.221	299.970	(609)	314.582	300.060	(160)	299.900
Debêntures - 2ª Emissão (b)	2019	CDI+0,89	5.758	-	(379)	5.379	498.000	(1.511)	496.489
Subtotal			20.979	299.970	(988)	319.961	798.060	(1.671)	796.389
Arrendamento financeiro									
Arrendamento financeiro (d)		8,51 a 13,90	-	206	-	206	120	-	120
Subtotal			-	206	-	206	120	-	120
Total da dívida			20.979	300.176	(988)	320.167	798.180	(1.671)	796.509

⁽ⁱ⁾ A taxa efetiva de juros difere da taxa contratual, pois são considerados os custos de transação incorridos na emissão da dívida.

Os custos de transação incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado do exercício pelo prazo da dívida que os originaram, por meio do método do custo amortizado. A utilização do método do custo amortizado resulta no cálculo e apropriação de encargos financeiros com base na taxa efetiva de juros em vez da taxa de juros contratual do instrumento.

Notas Explicativas

13.2 As principais características dos contratos de debêntures, empréstimos e financiamentos e arrendamento financeiro estão descritas a seguir:

- (a) Debêntures – 1ª emissão: R\$900.000 em debêntures, ocorrida em 01 de abril de 2010, no mercado local, com prazo final em abril de 2015.

Taxa contratual	Pagamentos de juros	Amortização	Vencimento
		299.970	Abril de 2013
CDI + 1,20%	Semestrais	Anual	299.970
		300.060	Abril de 2015

As debêntures emitidas são simples, não conversíveis em ações e subordinadas, não sendo cobertas por garantia obedecendo à legislação vigente. Estas debêntures não possuem cláusulas de repactuação.

Os recursos captados em 03 de maio de 2010 com a emissão no valor de R\$906.834 foram utilizados para a liquidação do saldo da dívida com a Eletrobrás Centrais Elétricas Brasileiras S.A, a qual ocorreu em 04 de maio de 2010.

- (b) Debêntures – 2ª emissão: R\$498.000 em debêntures, ocorrida em 15 de maio de 2013, no mercado local, com prazo final em maio de 2019.

Taxa contratual	Pagamentos de juros	Amortização	Vencimento
		165.983	Maio de 2017
CDI + 0,79%	Semestrais	Anual	165.983
		166.034	Maio de 2019

As debêntures emitidas são simples, não conversíveis em ações e de espécie quirografária, não sendo cobertas por garantia obedecendo à legislação vigente. Estas debêntures não possuem cláusulas de repactuação.

Os recursos obtidos por meio da 2ª Emissão de Debêntures foram destinados integralmente ao pré-pagamento da 1ª emissão de notas promissórias da Companhia (“Notas Comerciais”), no valor de R\$ 503.957, com o conseqüente cancelamento de tais Notas Comerciais.

- (c) Debêntures – 3ª emissão: R\$300.000 em debêntures, ocorrida em 20 de março de 2014, no mercado local, com prazo final em março de 2020.

Notas Explicativas

Taxa contratual	Pagamentos de juros	Amortização	Vencimento
108,20% do CDI	Semestrais	Anual	100.000
			100.000
			100.000
			Março de 2018
			Março de 2019
			Março de 2020

As debêntures emitidas são simples, não conversíveis em ações e de espécie quirografária, não sendo cobertas por garantia obedecendo à legislação vigente. Estas debêntures não possuem cláusulas de repactuação.

Os recursos líquidos obtidos por meio da 3ª Emissão de Debêntures foram utilizados para amortização da segunda parcela da 1ª emissão de debêntures da Companhia.

- (d) Arrendamento financeiro – Referem-se a arrendamentos de equipamentos de informática e não contêm cláusulas sobre pagamentos contingentes, renovação, opção de compra ou que imponham restrições sobre pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio ou de limites em indicadores financeiros.

O saldo do arrendamento financeiro, em 31 de março de 2014, registrado pela Companhia era de R\$271 no passivo (R\$326 em 31 de dezembro de 2013), e R\$219 (R\$266 em 31 de dezembro de 2013) no ativo.

A garantia do arrendamento financeiro é o valor residual dos ativos, no montante de R\$219 em 31 de março de 2014 (R\$266 em 31 de dezembro de 2013).

13.3 Em 31 de março de 2014, as parcelas relativas ao principal das debêntures, arrendamento financeiro e custos a amortizar, atualmente classificadas no passivo não circulante, têm os seguintes vencimentos:

	Debêntures	Arrendamento financeiro	Custo a amortizar
2015	300.060	60	(487)
2016	-	34	(637)
2017	165.983	1	(579)
2018	265.983	-	(400)
2019	266.034	-	(170)
2020	100.000	-	(21)
	1.098.060	95	(2.294)

13.4 O indexador utilizado para atualização das debêntures é o CDI, que teve as seguintes variações:

	31.03.2014	31.12.2013
CDI ⁽ⁱ⁾	10,55%	9,77%

⁽ⁱ⁾ Índice do último dia útil do período

Notas Explicativas

13.5 A movimentação das debêntures e arrendamento financeiro é como segue:

Moe da nacional	Saldo inicial	Ingressos	Provisão	Pagamentos	Diferimento custos de transação	Amortização custos de transação	Saldo final
Instituições financeiras/credores	31.12.2013						31.03.2014
Debêntures - 1ª Emissão	614.482	-	16.842	-	-	224	631.548
Debêntures - 2ª Emissão	501.868	-	13.274	-	-	89	515.231
Debêntures - 3ª Emissão	-	300.000	908	-	(997)	-	299.911
Subtotal	1.116.350	300.000	31.024	-	(997)	313	1.446.690
Arrendamento financeiro	326	-	17	(72)	-	-	271
Subtotal	326	-	17	(72)	-	-	271
Total	1.116.676	300.000	31.041	(72)	(997)	313	1.446.961

13.6 Compromissos financeiros – “Covenants”

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia pelos credores envolvidos em contratos financeiros são utilizados *covenants* financeiros no contrato das debêntures.

A Administração da Companhia mantém o acompanhamento dos seguintes índices financeiros:

- (i) Capacidade de endividamento: mede o nível de endividamento bruto em relação ao EBITDA ajustado (*) dos últimos 12 meses. Conforme definido no contrato da 1ª emissão de debêntures, este índice deve ser inferior a 2,5 vezes. Em 31 de março de 2014 este índice era de 0,8 vezes;
- (ii) Capacidade de endividamento: mede o nível de endividamento líquido em relação ao EBITDA ajustado dos últimos 12 meses. Conforme definido no contrato da 2ª e 3ª emissões de debêntures, este índice deve ser inferior a 3,5 vezes. Em 31 de março de 2014 este índice era de 0,5 vezes;
- (iii) Capacidade de pagamento de juros: mede o EBITDA ajustado sobre despesa financeira dos últimos 12 meses. Conforme definido nos contratos da 1ª, 2ª e 3ª emissões de debêntures, este índice deve ser superior a 1,75 vezes. Em 31 de março de 2014 este índice era de 19,3 vezes.

O não cumprimento dos índices acima, por um trimestre, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida.

Em 31 de março de 2014, estes índices estavam dentro dos limites estabelecidos no contrato de dívida da Companhia.

A Companhia também acompanha outros *covenants* qualitativos, os quais em 31 de março de 2014 foram atendidos.

- (*) EBITDA ajustado – corresponde ao resultado do serviço da Companhia dos últimos doze meses, conforme apresentado no demonstrativo de resultado,

Notas Explicativas

excluindo todos os montantes de depreciação e amortização e despesas com entidade de previdência privada.

14. Obrigações estimadas

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2014	31.12.2013	31.03.2014	31.12.2013
Férias	5.710	5.761	5.710	5.761
13º Salário	745	-	745	-
Encargos sociais sobre férias	2.301	2.004	2.301	2.004
Participação nos lucros	2.342	6.364	2.342	6.364
Bônus	761	1.523	761	1.523
Total Circulante	11.859	15.652	11.859	15.652
Bônus	103	362	103	362
Total Não Circulante	103	362	103	362

15. Obrigação com entidade de previdência privada

A Companhia patrocina planos de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários. A Fundação CESP é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela Companhia.

A Companhia, através de negociações com os sindicatos representativos da categoria, reformulou o plano em 1997, tendo como característica principal o modelo misto, composto de 70% do salário real de contribuição como benefício definido, e 30% do salário real de contribuição como contribuição definida. Essa reformulação teve como objetivo equacionar o *déficit* técnico atuarial e diminuir o risco de futuros *déficits*.

O custeio do plano para a parcela de benefício definido é paritário entre a Companhia e os empregados. As taxas de custeio do benefício definido são reavaliadas periodicamente por atuário independente. O custeio da parcela de contribuição definida é paritário entre a Companhia e os empregados baseado em percentual escolhido livremente pelo participante até o limite de 5% sobre a base de 30% de sua remuneração.

O Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS é garantido aos empregados participantes do plano de suplementação que aderiram anteriormente ao modelo implementado no momento da privatização da Companhia, e vierem a se desligar, mesmo sem estarem aposentados. Esse benefício assegura o valor proporcional da suplementação relativo ao período do serviço anterior à data da reformulação do novo plano de suplementação. O benefício será pago a partir da data em que o participante completar as carências mínimas previstas no regulamento do plano.

Os custos de patrocínio dos planos de pensão e eventuais *déficits* (superávits) dos planos são contabilizados em atendimento à Deliberação CVM nº 695/12.

Notas Explicativas

Conforme previsto no CPC 33 (R1) e IAS 19 (R), a avaliação atuarial é permitida em períodos intermediários, para refletir a ocorrência de mudanças significativas em condições de mercado, especificamente um aumento nas taxas de juros.

Para o trimestre findo em 31 de março de 2014, a Companhia não verificou nenhuma alteração significativa de mercado, que requeresse uma atualização da avaliação atuarial realizada em 31 de dezembro de 2013.

As despesas reconhecidas nos trimestres findos em 31 de março de 2014 e 2013 foram as seguintes:

	<u>31.03.2014</u>	<u>31.03.2013</u>
Custo dos serviços correntes	460	870
Custo dos juros	6.909	6.831
Rendimento esperado dos ativos do plano	(6.940)	(6.768)
Total das despesas de benefício definido	429	933
Outras contribuições	159	266
Total das despesas no período	588	1.199

A movimentação contábil do passivo registrado (não circulante) é como segue:

	<u>31.03.2014</u>
Saldo inicial	-
Despesa do período conforme laudo atuarial	429
Pagamentos de contribuições	(246)
Saldo final	183

Notas Explicativas

16. Pesquisa e desenvolvimento

	Controladora e Consolidado	
	31.03.2014	31.12.2013
<u>Circulante:</u>		
Pesquisa e desenvolvimento	10.976	9.668
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico	899	846
Ministério de Minas e Energia	449	423
Total - Circulante	12.324	10.937
<u>Não circulante:</u>		
Pesquisa e desenvolvimento	1.596	1.362
Total - Não circulante	1.596	1.362
Total - Circulante e não circulante	13.920	12.299

A movimentação de pesquisa e desenvolvimento no período findo em 31 de março de 2014 é como segue:

	31.12.2013	Adições	Atualização monetária	Pagamentos e aplicações	31.03.2014
Pesquisa e desenvolvimento	11.030	3.025	234	(1.717)	12.572
Fundo Nacional de Desenvolvimento Tecnológico	846	3.025	-	(2.972)	899
Ministério das Minas e Energia	423	1.512	-	(1.486)	449
Total	12.299	7.562	234	(6.175)	13.920

Notas Explicativas

17. Provisões para processos judiciais e outros

17.1 Processos com probabilidade de perda classificada como provável

As provisões para processos judiciais e outros e respectivos cauções e depósitos vinculados estão compostas da seguinte forma:

	Consolidado			
	Provisões para processos judiciais e outros		Cauções e depósitos vinculados	
	31.03.2014	31.12.2013	31.03.2014	31.12.2013
Trabalhista (a)	8.706	8.533	3.348	2.978
Pis (b)	-	2.052	-	-
Provisão para perdas sobre repasse da energia de Itaipu (c)	12.817	14.828	-	-
Provisão meio ambiente (d)	8.813	8.661	-	-
Cível Despacho 288 (e)	27.665	27.265	-	-
Cível	1.906	1.809	-	-
Imposto de renda (f)	4.845	4.794	-	-
Total	64.752	67.942	3.348	2.978
Total circulante	4.605	11.167	-	-
Total não circulante	60.147	56.775	3.348	2.978

O total de cauções e depósitos vinculados no montante de R\$ 4.429 (R\$ 6.476 em 31 de dezembro de 2013), de acordo com a classificação de probabilidade de perda do processo ao qual está vinculado, está demonstrado a seguir:

	Consolidado	
	Cauções e depósitos vinculados	
	31.03.2014	31.12.2013
Processos prováveis	3.348	2.978
Processos remotos	1.081	3.498
Total	4.429	6.476

A movimentação das provisões para processos judiciais e outros é como segue:

	31.12.2013	Provisão	Atualização monetária / cambial	Reversão de provisão	Pagamentos	31.03.2014
Trabalhista	8.533	540	171	-	(538)	8.706
Pis	2.052	-	6	(2.058)	-	-
Provisão para perdas sobre repasse da energia de Itaipu	14.828	-	(1.045)	(966)	-	12.817
Provisão meio ambiente	8.661	6	146	-	-	8.813
Cível Despacho 288	27.265	-	400	-	-	27.665
Cível	1.809	-	97	-	-	1.906
Imposto de renda	4.794	-	51	-	-	4.845
Total - Consolidado	67.942	546	(174)	(3.024)	(538)	64.752

As provisões para processos judiciais e outros foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é considerada como provável na opinião dos assessores legais e da Administração da Companhia. A Administração da Companhia está

Notas Explicativas

fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos e entende não ser possível precisar a data de encerramento das discussões judiciais mencionadas a seguir.

- (a) Os processos trabalhistas movidos por empregados, ex-empregados e empregados de empresas terceirizadas pela Companhia pleiteiam, em geral, o pagamento de horas extras, adicional de periculosidade e equiparação salarial. Os valores dos depósitos judiciais relativos às reclamações trabalhistas são decorrentes de interposições de recursos nas diversas instâncias de defesa no judiciário, adicionados aos depósitos consignados para garantia do processo.
- (b) A Companhia propôs medidas judiciais visando questionar alterações no cálculo do PIS instituídas pela Lei 9.718/98 referentes ao alargamento da base de cálculo. Em novembro de 2000 houve decisão definitiva favorável no STF. Em que pese o fato da decisão de mérito ter sido proferida em novembro de 2000, a discussão relativa ao montante a ser levantado permaneceu em curso até o início de janeiro de 2014, ocasião em que foi autorizado e efetuado o levantamento integral dos valores. Dessa forma, a Companhia reverteu o montante de R\$ 2.058 (R\$788 de provisão e R\$1.270 de atualização). Registre-se que, apesar de ter classificação de perda remota, trata-se de uma obrigação legal e, por isso, em 31 de dezembro de 2013 existia uma provisão correspondente ao valor de R\$ 2.052.
- (c) Em 23 de janeiro de 2003, foi obtida liminar assegurando o direito da Companhia não efetuar a compra de energia elétrica proveniente de Itaipu. Essa liminar foi cassada em 26 de junho de 2003 e restabelecida em 30 de junho de 2003. Em 1º de outubro de 2004, o Superior Tribunal de Justiça suspendeu a liminar. Em 5 de outubro de 2004, a Companhia protocolou um agravo regimental contestando a decisão do órgão de suspender a liminar. Com base neste agravo regimental, foi estabelecido o efeito “ex nunc” da decisão, ou seja, a suspensão da liminar só valeria para o futuro. Nesse sentido, os efeitos da tutela antecipada anteriormente concedida foram conservados para o período de janeiro de 2003 a setembro de 2004. Considerando que não há decisão definitiva desse processo, a Administração da Companhia decidiu manter o saldo dessa provisão em R\$ 12.817 (R\$14.828 em 31 de dezembro de 2013).
- (d) A Companhia possui provisões relacionadas a meio ambiente conforme detalhadas abaixo:
 - (d.1) Existem 340 processos de ações civis públicas sobre supostos danos ambientais ocasionados por ocupações irregulares em áreas de preservação permanente envolvendo a Companhia no pólo passivo. O ajuizamento em face da Companhia se deu em razão de parte das ocupações irregulares estarem parcial ou integralmente situadas em áreas de preservação ambiental dentro da área de concessão. O pedido principal dessas ações é a recuperação da área eventualmente degradada e, caso a recuperação não seja possível, a recomposição se daria mediante indenização. Os consultores jurídicos e a Administração da Companhia avaliaram a probabilidade de

Notas Explicativas

perda como provável para as medidas de recuperação ambiental dentro da área de concessão para 282 demandas, já que as demais 58 ações tiveram julgamentos favoráveis à Companhia e possuem recursos pendentes. O valor provisionado relativo a essas demandas perfaz a quantia estimada de R\$1.709 (R\$ 1.703 em 31 de dezembro de 2013).

- (d.2) Em 05 de outubro de 2006, para atendimento aos requisitos de licenciamento ambiental da PCH Mogi-Guaçu, foi firmado com a SMA o Termo de Compensação Ambiental (“TCCA”) no valor de R\$600. No Termo, a Companhia se compromete a aplicar o montante para a elaboração do plano de manejo integrado das unidades de conservação (i) Estação Ecológica Mogi-Guaçu e (ii) Reserva Biológica Mogi-Guaçu, sob a coordenação do Instituto Florestal e Instituto de Botânica. O valor está depositado em duas contas-poupança da controlada Tietê e os pagamentos são realizados conforme solicitação dos Institutos. Já foram gastos R\$283, porém, considerando o rendimento da poupança, Companhia mantém provisionado em 31 de março de 2014 o montante de R\$555 (R\$548 em 31 de dezembro de 2013).
- (d.3) A Companhia mantém provisão para atendimento aos requisitos de licenciamento ambiental (“Compensação Ambiental”) das usinas Água Vermelha, Caconde, Limoeiro, Euclides da Cunha, Promissão, Ibitinga, Bariri e Barra Bonita, conforme convênio celebrado em 2002 (“Termo de Compromisso de Compensação Ambiental” ou “TCCA”) com o IBAMA (atualmente, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio). Nesse Termo de Compromisso a Companhia se compromete a aplicar as respectivas compensações ambientais em quatro unidades de conservação. Os pagamentos foram realizados conforme solicitação das Unidades de Conservação e todas as solicitações encaminhadas foram atendidas. O saldo atualizado em 31 de março de 2014 é de R\$6.549 (R\$6.410 em 31 de dezembro de 2013).
- (e) A AES Sul questiona os termos do Despacho 288/2002 da ANEEL que regulamentou operação de venda de energia entre submercados efetuada pela AES Sul em 2001, podendo a sua respectiva recontabilização repercutir na Companhia, que para tanto tem provisionada a quantia de R\$ 27.665 (R\$27.265 em 31 de dezembro de 2013). Em 29 de junho de 2012 foi publicada sentença de mérito desfavorável à AES Sul em 1ª instância, para a qual foi apresentado recurso em 11 de julho de 2012. Em 12 de julho de 2012 foi concedida liminar para a AES Sul suspendendo os efeitos da sentença até o julgamento do seu recurso. Em 27 de março de 2014, por maioria de votos (2x1), foi provido recurso da AES Sul, sendo declarada pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região a ilegalidade do Despacho ANEEL 288/2002. Desta decisão ainda cabem recursos pelas partes requeridas no processo.
- (f) Em 02 de dezembro de 2008, a Companhia foi intimada pela Receita Federal sobre a não homologação de 5 (cinco) compensações administrativas realizadas entre os

Notas Explicativas

créditos de saldo negativo de IRPJ (2001 e 2002) e os débitos de IRPJ (2003 e 2004) e CSLL (2003). A principal razão de o Fisco não homologar as mencionadas compensações é a suposta divergência entre as informações contábeis e fiscais. Atualmente aguarda-se a decisão do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF sobre os recursos apresentados pela Companhia. De acordo com as informações dos assessores legais, de um total de R\$124.221 (R\$ 127.752 até dezembro de 2013) envolvidos na discussão, apenas R\$4.845 (R\$4.794 até dezembro de 2013) são considerados como de perda provável, sendo o restante classificado como perda possível.

17.2 Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Companhia apresenta a seguir um resumo das principais contingências passivas cuja probabilidade de perda foi classificada como possível pela Administração. A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível, os quais não foram divulgados em função de ter sido estabelecido o montante mínimo de R\$ 5.000 para fins de divulgação. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos da Companhia.

Descrição da contingência	Controladora	Controladora
	31.03.2014	31.12.2013
(a) Recomposição de danos ambientais	Não determinado	Não determinado
(b) Compensações de IRPJ e CSLL	119.376	122.958
(c) Auto de infração - Ágio	118.782	117.848
(d) Auto de infração - Pesquisa e desenvolvimento	6.414	6.344
(e) Ação civil pública – Mexilhões dourados	Não determinado	Não determinado

Além dos processos apresentados acima, a Companhia também está envolvida em duas ações com probabilidade de perda possível (Obrigação de expansão e licenciamento ambiental da Termo São Paulo), que estão detalhadas na nota explicativa nº 1.

(a) Recomposição de danos ambientais

Refere-se a 3 ações civis públicas através das quais se busca, mediante a concessão de medida liminar, a suspensão do processo de licenciamento ambiental da Companhia, bem como sua condenação à recomposição dos supostos danos ambientais decorrentes da inundação de seus reservatórios. De forma geral, requerem que a Companhia realize programas de compensação ambiental, bem como apresentam valor de causa simbólico, motivo pelo qual não é possível, no momento, estimar o valor de um possível desembolso futuro.

Notas Explicativas

(b) Compensações de IRPJ e CSLL

Conforme mencionado no item (f) da nota explicativa nº 17.1, a Receita Federal intimou a Companhia sobre a não homologação de 5 (cinco) compensações administrativas de IRPJ e CSLL.

De acordo com as informações dos assessores legais, de um montante de R\$124.221 (R\$127.752 em 31 de dezembro de 2013) envolvidos na discussão, R\$119.376 (R\$122.958 em dezembro de 2013) são considerados como probabilidade de perda possível.

(c) Auto de infração - ágio

Em novembro de 2011 foi lavrado Auto de Infração pela Receita Federal do Brasil - RFB visando a cobrança de R\$118.782 atualizados até 31 de março de 2014 (R\$117.848 em 31 de dezembro de 2013). Em razão de, no exclusivo entendimento da RFB, ter havido uma dedutibilidade indevida nas bases de cálculo de IRPJ e CSLL em função do ágio registrado na incorporação da AES Gás Empreendimentos Ltda. Vale esclarecer que o ágio objeto do questionamento decorreu da expectativa de rentabilidade futura na aquisição da Companhia de Geração Tietê S.A. quando do leilão de privatização do setor elétrico ocorrido em 1998. Em maio de 2013, houve decisão de 1ª instância favorável à Companhia. No momento aguarda-se julgamento do recurso de ofício ao CARF.

(d) Auto de infração – Pesquisa e desenvolvimento

Em outubro de 2012 foi lavrado Auto de Infração pela Secretaria da Receita Federal por dedução supostamente indevida no ano de 2008 dos investimentos realizados em projetos de P&D da base de cálculo de IRPJ/CSLL, bem como a variação monetária passiva decorrente dos investimentos. Em novembro de 2012 foi apresentada defesa pela Companhia, tendo sido proferido julgamento desfavorável aos interesses da Companhia. Em novembro de 2013, foi apresentado recurso voluntário, que aguarda julgamento. De acordo com os assessores legais, a chance de perda do caso é classificada como possível. O valor atualizado até 31 de março de 2014 é de R\$6.414 (R\$6.344 em 31 de dezembro de 2013).

(e) Ação civil pública – Mexilhões dourados

O Ministério Público Federal de Jales ajuizou ação civil pública em 25 de março de 2013 contra a Companhia, União Federal, IBAMA e Estado de São Paulo visando a adoção de medidas de controle e erradicação para combate à proliferação desordenada do mexilhão dourado no reservatório da UHE Água Vermelha através das medidas de divulgação, monitoramento, capacitação e fiscalização a serem adotadas pela Força de Tarefa Nacional de Controle ao Mexilhão Dourado bem como através da execução do plano de execução de manejo sugerido pelo Ministério Público ou, caso isso seja

Notas Explicativas

absolutamente impossível, que seja mantido o nível atual da população de mexilhões, sob pena de responsabilização pela sua proliferação no reservatório. Liminarmente são solicitadas providências para (i) inserção da Companhia e do Estado de São Paulo na Força Tarefa Nacional de controle do mexilhão; (ii) 90 dias para apresentação do mapeamento/monitoramento da área contaminada pelo mexilhão, mediante identificação com placas informativas, bem como (iii) a apresentação de Plano de Manejo na forma apontada pelo Ministério Público Federal; (iv) 60 dias para a identificação das áreas de potencial invasão e (v) Participação no custeio da divulgação em mídia sobre as medidas profiláticas adotadas, tudo sob pena de multa diária de R\$10 para caso de descumprimento.

Em 05 de setembro de 2013 a Companhia foi citada, e em 04 de outubro de 2013 apresentou contestação e argumentos contrários à ordem liminar solicitada pelo Ministério Público Federal. A classificação de risco da ação, de acordo com parecer de seus consultores jurídicos, é de perda possível. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação.

Cartas de fiança e caução

Em 31 de março de 2014, a Companhia possui cartas de fiança para possíveis perdas contingentes e para compra de energia. As principais cartas de fiança da Companhia estão relacionadas abaixo:

Natureza	Quantidade	Valor	Taxa a.a.
Fiscal	2	2.039	1,4%
Compra de energia	20	28.016	0,75% a 1,50%
		30.055	

18. Patrimônio líquido

18.1 Capital social

Em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, o capital social autorizado da Companhia é de R\$4.600.000, sendo R\$2.383.260 em ações ordinárias e R\$2.216.740 em ações preferenciais. A Companhia, mediante deliberação do Conselho de Administração independentemente de reforma estatutária, está autorizada a aumentar o capital social até o limite do capital social autorizado emitindo as ações correspondentes a cada espécie, respeitada a proporção de ações existentes. Na emissão de ações, dentro do limite autorizado será fixado: a) quantidade, espécie e classe de ações; b) preço de emissão; c) demais condições de subscrição e integralização em virtude da exigência da lei nº 6.404/76 e suas alterações.

De acordo com o parágrafo 6º do artigo 4º do Estatuto Social os acionistas que deixarem de realizar as integralizações nas condições fixadas ficarão de pleno direito constituído em mora e sujeito ao pagamento de juros de 1% a.m., correção monetária,

Notas Explicativas

segundo índice a ser definido pelo Conselho de Administração, e multa de 10%, calculado sobre os valores em atraso.

Em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, o capital social integralizado da Companhia era de R\$207.227, o qual está representado por 381.253.493 ações, sendo 197.461.211 ações ordinárias e 183.792.282 ações preferenciais, todas nominativas escriturais e sem valor nominal.

As ações preferenciais não são resgatáveis e não têm direito a voto, possuindo, entretanto: (i) prioridade no reembolso do capital, com base no capital integralizado, sem direito a prêmio, no caso de liquidação da sociedade; (ii) direito de participar dos aumentos de capital, decorrentes de correção monetária e da capitalização de reservas e lucros, com exceção da reserva especial de ágio que será objeto de capitalização em proveito do acionista controlador - nota explicativa nº 9 e 18.2 (a) a seguir; (iii) direito a dividendos 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

No trimestre findo em 31 de março de 2014 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 não houve emissão ou resgate de ações.

A seguir está apresentada a composição acionária em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013:

	31.03.2014		31.12.2013	
	Ordinárias		Ordinárias	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas				
Companhia Brasileira de Energia	140.882.909	71,35%	140.882.909	71,35%
Centrais Elétricas Bras. S.A. - Eletrobrás	150.534	0,08%	150.534	0,08%
Outros	56.427.768	28,57%	56.427.768	28,57%
Total das ações	197.461.211	100,00%	197.461.211	100,00%
	Preferenciais		Preferenciais	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Companhia Brasileira de Energia	59.447.111	32,34%	59.447.111	32,34%
Centrais Elétricas Bras. S.A. - Eletrobrás	30.107.688	16,38%	30.107.688	16,38%
Outros	94.237.483	51,28%	94.237.483	51,28%
Total das ações	183.792.282	100,00%	183.792.282	100,00%

Notas Explicativas

18.2 Reservas

Composição dos saldos das reservas:	Controladora	
	31.03.2014	31.12.2013
<u>Reservas de capital:</u>		
Reserva especial de ágio na incorporação (a)	232.547	232.547
Remuneração das imobilizações em curso – capital próprio	17.613	17.613
Outras reservas de capital	2.204	2.204
Ações e opções de ações outorgadas (b)	1.740	1.719
Total	254.104	254.083
<u>Avaliação patrimonial/Outros resultados abrangentes:</u>		
Ajuste de avaliação patrimonial (c.1)	1.035.831	1.053.164
Plano de previdência privada - ganhos e perdas atuariais (c.2)	1.795	1.795
Total	1.037.626	1.054.959
<u>Reservas de lucro:</u>		
Reserva legal (d)	41.445	41.445
Total	41.445	41.445
<u>Proposta de distribuição de dividendos adicionais</u>		
Total	226.095	226.095

- (a) A reserva especial de ágio foi gerada pelos seguintes eventos: (i) incorporação do ágio da controladora AES Gás Ltda., no montante de R\$266.740, dos quais R\$59.811 foram capitalizados, remanescendo na conta de reserva o montante de R\$206.929; e (ii) incorporação do ágio da coligada AES Tietê Participações S.A., no montante de R\$25.618, conforme deliberado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de setembro de 2007. De acordo com o permitido na Instrução CVM nº 319, na medida em que seja realizado o benefício fiscal da reserva especial de ágio na incorporação, constante do patrimônio líquido da Companhia, este benefício poderá ser capitalizado em favor de sua controladora, a Brasiliana, sendo garantido aos demais acionistas a participação nesse aumento de capital, de forma a manter sua participação acionária na Companhia.
- (b) É composta por outorga de ações e opções de compra de ações da The AES Corporation aos administradores, empregados ou pessoas naturais que prestam serviços à Companhia. Essa reserva poderá ser utilizada para aumento de capital em favor da The AES Corporation após o aporte de recursos através da entrega das ações aos colaboradores da Companhia.
- (c) Em 31 de março de 2014 o saldo dos ajustes de avaliação patrimonial/outros resultados abrangentes era composto pelo custo atribuído de seus ativos imobilizados e pelo ganho ou perda atuarial do plano de pensão.
- (c.1) Ajuste de Avaliação Patrimonial (Custo atribuído ao ativo imobilizado): A Companhia decidiu atribuir novo custo aos saldos de seus ativos imobilizados na

Notas Explicativas

data-base da transição para a adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos (CPCs), em 1º de janeiro de 2009. Assim, foi elaborado um laudo de avaliação do ativo imobilizado da Companhia. Na data de transição o valor desta mais valia, no montante de R\$1.437.623, foi registrado no ativo imobilizado em contrapartida ao patrimônio líquido, na rubrica “Ajuste de Avaliação Patrimonial”, líquido dos efeitos tributários os quais estão classificados como “Tributos e contribuições sociais diferidos” no passivo não circulante, e serão realizados na medida em que a mais valia dos bens vinculados a ela seja depreciada/amortizada ou alienada.

(c.2) Outros resultados abrangentes relacionado ao ganho atuarial do plano de pensão apresenta um saldo de R\$1.795 (perda atuarial de R\$1.795 em 31 de dezembro de 2013), líquidos de imposto de renda e contribuição social. O reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais do plano de pensão é decorrente da aplicação do pronunciamento técnico CPC 33 (R1).

(d) Reserva Legal: De acordo com a legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2005, a Companhia atingiu o limite de 20% estabelecido pela legislação, não sendo necessário o registro de complemento a partir dessa data. A reserva legal poderá ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não poderá ser usada para fins de distribuição de dividendos.

19. Lucro por ação

19.1 Aumento de capital com reserva especial de ágio

De acordo com o descrito na nota explicativa nº 18.2, a reserva especial de ágio na incorporação, poderá ser capitalizada a favor de sua controladora direta Brasileira, sendo garantida aos demais acionistas a participação nesse aumento de capital, de forma a manter sua participação acionária na Companhia.

As potenciais ações a serem emitidas em razão da capitalização da reserva especial de ágio serão consideradas diluidoras para o cálculo do lucro por ação da Companhia, considerando a hipótese de que todas as condições para sua emissão foram atendidas. Em 31 de março de 2014, as condições para a emissão de ações de capital social relacionadas à amortização do ágio não foram atendidas, em função de estarem pendentes de aprovação pela Assembleia de Acionistas, conforme legislação societária brasileira e estatuto da Companhia.

Caso exercida pela controladora a emissão de 100% das ações em seu favor e nenhum acionista não controlador exercer seu direito de participar do aumento de capital, o percentual de não controladores reduziria de 47,45% para 45,79%.

Notas Explicativas

19.2 Demonstração do cálculo do lucro por ação

Os dados de lucro por ação são apresentados por tipo e natureza de ação. Tal apresentação está de acordo com a prática no Brasil de negociação e cotação de ações em lotes de ações.

As ações preferenciais, conforme descrito na nota explicativa nº 18.1, têm direito a dividendos sobre o lucro 10% maiores que os atribuídos às ações ordinárias. Os valores de lucro por ação nas tabelas abaixo contemplam essa condição.

A tabela a seguir apresenta o lucro básico por ação para os trimestres findos em 31 de março de 2014 e 2013.

	31.03.2014	31.03.2013
Numerador:		
Lucro líquido do período	357.920	185.725
Denominador (em milhares de ações):		
Média ponderada do número de ações ordinárias (i)	197.461	197.461
Média ponderada do número de ações preferenciais (i)	183.792	183.792
Remuneração das ações preferenciais - 10%	1,10	1,10
Média ponderada do número de ações preferenciais ajustadas	202.171	202.171
Denominador ajustado		
Denominador para lucro básico por ação	381.253	381.253
Denominador para lucro básico por ação ajustado	399.632	399.632
Lucro básico por ação (R\$ por ação)		
Lucro básico por ação ordinária	0,8956	0,4647
Lucro básico por ação preferencial	0,9852	0,5112

(i) Não houve movimentação das ações ordinárias e preferenciais durante os períodos comparados.

Lucro atribuível aos acionistas:

Período	Ordinárias	Preferenciais	Total
31.03.2014	176.851	181.069	357.920
31.03.2013	91.768	93.957	185.725

Para o cálculo do lucro por ação diluído pelas ações que poderão ser emitidas através da capitalização do ágio em favor da acionista controladora Companhia Brasileira de

Notas Explicativas

Energia (nota explicativa nº 18.2), a Administração da Companhia realizou estimativa para efeito de divulgação.

O plano de pagamento baseado em ações não tem efeito dilutivo na Companhia, uma vez que o plano é baseado nas ações de sua acionista controladora indireta The AES Corporation, além de o valor ser considerado imaterial para fins de cálculo.

A tabela a seguir apresenta o lucro diluído por ação para os trimestres findos em 31 de março de 2014 e 2013:

	31.03.2014	31.03.2013
Numerador:		
Lucro líquido do período	357.920	185.725
Denominador com ações a serem subscritas com a reserva de ágio (em milhares de ações):		
Média ponderada do número de ações ordinárias (i)	205.084	205.084
Média ponderada do número de ações preferenciais (i)	190.006	190.006
Lucro diluído por ação (R\$ por ação)		
Lucro diluído por ação ordinária	0,8644	0,4485
Lucro diluído por ação preferencial	0,9508	0,4934

- (i) Considerando as ações a serem emitidas em uma possível realização integral da reserva de ágio ao preço de mercado das ações em 31 de março de 2014.

Lucro atribuível aos acionistas em uma possível realização da reserva de ágio:

Período	Ordinárias	Preferenciais	Total
31.03.2014	177.265	180.655	357.920
31.03.2013	91.983	93.742	185.725

Notas Explicativas

20. Suprimentos, compra e transporte de energia elétrica

	31.03.2014		31.03.2013	
	MWh	R\$	MWh	R\$
<u>Geração própria e outras:</u>				
Contrato bilateral Eletropaulo (Nota nº 23)	2.329.126	452.293	3.058.088	558.590
Contratos bilaterais	537.974	59.575	482.169	56.485
MRE e Spot	716.423	301.124	641.676	16.670
Créditos de carbono	-	1.006	-	-
Outras receitas	-	9	-	14
Receita operacional bruta – Controladora	3.583.523	814.007	4.181.933	631.759
Pesquisa e desenvolvimento	-	(7.562)	-	(5.981)
PIS e Cofins	-	(49.838)	-	(27.138)
ICMS	-	(388)	-	(541)
Receita operacional líquida – Controladora	3.583.523	756.219	4.181.933	598.099
<u>Energia elétrica comprada e encargos:</u>				
Contratos bilaterais	504.431	52.611	461.620	50.666
MRE e Spot	296.510	23.834	826.873	142.550
Encargos de transmissão	-	22.797	-	21.492
Encargos de conexão	-	425	-	409
PIS e Cofins	-	(6.772)	-	(8.846)
Outros	-	-	-	1.252
Total – Controladora	800.941	92.895	1.288.493	207.523

Resolução Conselho Nacional de Política Energética - CNPE nº 3, de 6 março de 2013

A Resolução CNPE nº 3, de 6 março de 2013, estabeleceu diretrizes para a internalização de mecanismos de aversão a risco nos programas computacionais para estudos energéticos e formação de preço, bem como instituiu novo critério para rateio do custo do despacho adicional de usinas termelétricas durante a fase de transição e anterior à implementação do novo cálculo do PLD (de abril a agosto de 2013). Pelo novo critério, o custo do Encargos de Serviços do Sistema - ESS por motivo de segurança energética, que era rateado integralmente pela categoria consumo, consumidores livres e distribuidoras, passa a ser rateado por todos os agentes do Sistema Interligado Nacional – SIN, inclusive geradores e comercializadores.

Em maio de 2013, a Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (APINE) obteve liminar que suspendeu o rateio do ESS aos produtores independentes. A decisão judicial apontou que os custos só poderiam ser repassados aos produtores independentes por meio de mudança em lei.

A liminar continua vigente até que seja tomada a decisão final da ação ordinária, que discute a aplicação da cobrança do ESS pela Resolução CNPE 03. Com base nessa liminar e no parecer jurídico conquistado pela APINE, a Companhia não reconhece o custo do ESS por motivo de segurança energética, relativo à fase de transição (de abril a agosto de 2013).

Notas Explicativas

21. Outras receitas e custos

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2014	31.03.2013	31.03.2014	31.03.2013
Doações	(481)	(807)	(481)	(807)
Amortização do Uso do Bem Público (UBP)	(663)	(663)	(663)	(663)
Seguros	(1.970)	(2.367)	(1.970)	(2.367)
Ganhos e perdas na alienação de bens e direitos	13	737	13	737
Outros custos	(1.502)	(1.550)	(1.529)	(1.552)
Total	(4.603)	(4.650)	(4.630)	(4.652)

22. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2014	31.03.2013	31.03.2014	31.03.2013
Receitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras	10.321	4.922	10.342	4.934
Recebimento banco santos - nota nº 8	-	784	-	784
Outras	(96)	37	(96)	37
Total	10.225	5.743	10.246	5.755
Despesas financeiras				
Encargos de dívidas	(31.354)	(18.262)	(31.354)	(18.262)
Juros capitalizados transferidos para o imobilizado em curso (i)	8.636	3.098	8.636	3.098
Processos regulatórios - nota nº 17	-	(1.147)	-	(1.147)
Outras	(521)	(193)	(521)	(103)
Total	(23.239)	(16.504)	(23.239)	(16.414)
Variações monetárias e cambiais, líquidas				
Perdas sobre o repasse de energia - Itaipú - nota nº 17.1	1.045	390	1.045	390
Pesquisa e desenvolvimento	(234)	(150)	(234)	(150)
Cauções e depósitos vinculados	68	72	68	72
PIS - nota nº 17.1	1.270	-	1.270	-
Outras	415	(409)	415	(409)
Total	2.564	(97)	2.564	(97)

(i) Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 11% a.a. no período findo em 31 de março de 2014 (9% a.a. em 31 de dezembro de 2013), sobre os ativos qualificáveis, de acordo com o CPC 20.

23. Partes relacionadas

A Companhia é controlada pela Companhia Brasileira de Energia (Brasileira), a qual é controlada indiretamente pela The AES Corporation, empresa com sede nos Estados Unidos da América e listada na SEC - Securities and Exchange Commission. A Brasileira é uma sociedade por ações, de capital aberto, e tem por objeto exercer o controle das seguintes empresas operacionais, além do controle da Companhia: Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. ("Eletropaulo"), e AES Uruguaiana Empreendimentos S.A. ("Uruguaiana S.A."), mediante participação direta

Notas Explicativas

ou indireta no capital dessas sociedades. Adicionalmente, a Brasileira detém o controle de uma comercializadora de energia elétrica e prestadora de serviços relacionados à distribuição de energia elétrica (AES Serviços Tc Ltda.). A Brasileira também detém o controle da AES Elpa S.A. que é a controladora direta da Eletropaulo.

Para o trimestre findo em 31 de março de 2014, o principal cliente da Companhia é a Eletropaulo, que representa aproximadamente 56% (88% em 31 de março de 2013) do seu faturamento bruto.

As operações realizadas com partes relacionadas referem-se principalmente ao suprimento de energia elétrica para a Eletropaulo, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora e consolidado	
	31.03.2014	31.12.2013
Ativo		
Contas a receber:		
AES Eletropaulo - Contrato bilateral (i)	202.670	228.354
	202.670	228.354
Passivo		
Fornecedores:		
AES Big Sky (ii)	33	95
Contas a pagar:		
AES Eletropaulo - Sublocação de parte de imóvel (iii)	85	71
Juros sobre capital próprio a pagar:		
Companhia Brasileira de Energia	9.811	9.811
Provisões para processos judiciais e outros:		
AES Sul - Despacho 288 (nota nº 17.1)	27.665	27.265
	37.594	37.242
	31.03.2014	31.03.2013
Resultado		
Receita operacional líquida:		
AES Eletropaulo - Contrato bilateral (i) (nota nº 20)	452.293	558.590
Serviços de terceiros:		
AES Big Sky (ii)	(25)	(16)
Outras receitas e custos:		
AES Eletropaulo - Sublocação de parte de imóvel (iii)	(275)	(166)
Variações monetárias:		
AES Sul - Despacho 288 (nota nº 17.1)	(400)	(340)
	451.593	558.068

(i) Em dezembro de 2000, a Companhia assinou contrato de compra e venda de energia elétrica com a empresa Eletropaulo, pelo prazo de quinze anos. De acordo com esse contrato, a Companhia passou a vender a partir de 2003 para a Eletropaulo a energia correspondente à redução de 25% ao ano nas quantidades dos contratos iniciais. As quantidades de energia desse contrato a partir de janeiro de 2006 correspondem a 1.268 MW médios. Esse contrato foi homologado pela

Notas Explicativas

Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e estabelece a atualização do preço de venda da energia anualmente pela variação do IGP-M.

O preço médio no trimestre findo em 31 de março de 2014 é de R\$194,19/MWh (31 de março de 2013 - R\$182,66/MWh).

(ii) Refere-se ao valor da contratação da prestação de serviços de gestão e administração, suporte e hospedagem dos serviços de mensagem eletrônica da Companhia com a empresa AES Big Sky.

(iii) Corresponde ao contrato de sublocação de parte de imóvel comercial celebrado entre a Eletropaulo (Sublocadora) e a Companhia (Sublocatária). Este contrato inclui o valor de aluguel mensal, reembolso de seguro, IPTU e condomínio proporcionais à área sublocada, pelo prazo de 10 anos. A ANEEL aprovou a operação por meio do Despacho nº 2.804/2012.

Remuneração da alta administração

De acordo com a orientação contida na Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, a Companhia deve divulgar a remuneração de sua alta administração. Nos trimestres findos em 31 de março de 2014 e 2013, a remuneração foi conforme segue:

Descrição	Consolidado	
	31.03.2014	31.03.2013
Benefícios de curto prazo (a)	922	1.464
Benefícios pós-emprego (b)	41	65
Outros benefícios de longo prazo (c)	-	56
Pagamento baseado em ações (d)	21	63
Total	984	1.648

A remuneração dos administradores da Companhia foi aprovada pelos seus acionistas em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 04 de abril de 2013.

Os valores referentes ao pagamento baseado em ações são pagos pela The AES Corporation, não havendo ônus para a Companhia.

- Compostos por ordenados, salários e contribuições para a previdência social e benefícios não monetários (tais como assistência médica, moradia, automóveis e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados);
- Compostos por pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego;

Notas Explicativas

- c) Compostos por licença remunerada, gratificação por tempo de serviço, participação nos lucros, gratificações e outras compensações diferidas; e
- d) Compostos por ações e opções de ações da The AES Corporation outorgadas à alta administração.

24. Instrumentos financeiros e gestão de riscos (Consolidado)

24.1 Considerações gerais

Os principais instrumentos financeiros, de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia e sua controlada, estão reconhecidos nas seguintes rubricas:

- a) Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 4);
- b) Investimentos de curto prazo (nota explicativa nº 4);
- c) Consumidores e revendedores (nota explicativa nº 5);
- d) Contas a receber de partes relacionadas (nota explicativa nº 23);
- e) Cauções e depósitos vinculados (nota explicativa nº 17);
- f) Fornecedores (nota explicativa nº 12);
- g) Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar; e
- h) Debêntures, empréstimos e financiamentos e arrendamento financeiro (nota explicativa nº 13).

Notas Explicativas

24.2 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

31.03.2014			
Valor contábil	Valor justo	Categoria	
ATIVO (Circulante e não circulante)			
Caixa e equivalentes de caixa	195.141	195.141	Ativo financeiro pelo valor justo por meio do resultado
Investimentos de curto prazo	422.776	422.776	Ativos financeiros disponíveis para venda
Consumidores e revendedores	231.472	231.472	Empréstimos e recebíveis
Contas a receber de partes relacionadas	202.670	202.670	Empréstimos e recebíveis
Cauções e depósitos vinculados	4.429	4.429	Empréstimos e recebíveis
Total	1.056.488	1.056.488	
PASSIVO (Circulante e não circulante)			
Fornecedores	61.148	61.148	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Debêntures	1.446.690	1.463.259	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Arrendamento financeiro	271	271	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	21.435	21.435	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Total	1.529.544	1.546.113	
31.12.2013			
Valor contábil	Valor justo	Categoria	
ATIVO (Circulante e não circulante)			
Caixa e equivalentes de caixa	108.420	108.420	Ativo financeiro pelo valor justo por meio do resultado
Investimentos de curto prazo	348.307	348.307	Ativos financeiros disponíveis para venda
Consumidores e revendedores	50.731	50.731	Empréstimos e recebíveis
Contas a receber de partes relacionadas	228.354	228.354	Empréstimos e recebíveis
Cauções e depósitos vinculados	6.476	6.476	Empréstimos e recebíveis
Total	742.288	742.288	
PASSIVO (Circulante e não circulante)			
Fornecedores	104.831	104.831	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Debêntures	1.116.350	1.118.620	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Arrendamento financeiro	326	326	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	21.438	21.438	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Total	1.242.945	1.245.215	

As rubricas caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo são compostas basicamente por certificados de depósitos bancários (CDBs), operações compromissadas e fundo de investimento, os quais são marcados a mercado mensalmente com base na curva da taxa CDI para a data final do período, conforme definido em sua data de contratação.

Para a rubrica “debêntures”, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia e sua controlada optaram por divulgá-los com valores equivalentes ao do valor contábil.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no trimestre findo em 31 de março de 2014.

Notas Explicativas

24.3 Hierarquia do valor justo

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros registrados a valor justo, conforme método de mensuração:

	31.03.2014			
	Valor justo	Mensuração		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3
ATIVO				
Caixa e equivalentes de caixa	195.141	808	194.333	-
Investimentos de curto prazo	422.776	-	422.776	-
Total - Ativo	617.917	808	617.109	-

	31.12.2013			
	Valor justo	Mensuração		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3
ATIVO				
Caixa e equivalentes de caixa	108.420	388	108.032	-
Investimentos de curto prazo	348.307	-	348.307	-
Total - Ativo	456.727	388	456.339	-

A mensuração dos instrumentos financeiros está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado:

Nível 1 – preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 – outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e

Nível 3 – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Durante o trimestre findo em 31 de março de 2014, não houve transferências decorrentes de avaliações de valor justo entre os níveis 1 e 2, tampouco com o nível 3.

24.4 Gerenciamento de riscos

(a) Estrutura de gerenciamento de riscos

Em sua estrutura, a Companhia conta com a Gerência de Análises Contábeis e Riscos que tem como principais atribuições garantir a adequada operacionalização dos controles voltados às demonstrações contábeis, bem como auxiliar na revisão de processos de maneira a assegurar que as políticas, procedimentos e normas internas em geral estabeleçam controles e níveis de aprovação de desembolsos adequados.

Notas Explicativas

A Companhia conta também com uma Diretoria de Auditoria Interna, que atua em quatro segmentos: operacional, financeiro, tecnologia da informação e forense. A primeira avalia todos os processos e procedimentos ligados à operação da Companhia, a segunda avalia as demonstrações contábeis, a terceira os controles de segurança da informação e a quarta atua na investigação de possíveis fraudes e irregularidades, todas em conformidade com a Lei Sarbanes-Oxley, exigências da legislação brasileira, normas regulatórias do setor elétrico e normas e procedimentos internos.

O plano anual de auditoria é elaborado em conformidade com o resultado da avaliação de riscos e tem como principal objetivo prover avaliação independente sobre riscos, ambiente de controle e deficiências significativas que possam impactar as demonstrações contábeis e processos da Companhia. Eventuais deficiências ou não conformidades são remediadas através de ação estabelecida pelos responsáveis de processos e sua implementação devidamente acompanhada pela área de Auditoria Interna.

Os principais controles que impactam as demonstrações contábeis da Companhia são revistos a cada seis meses com base em testes de eficácia. No caso de identificação de eventuais pontos de melhoria sobre esses controles, a Companhia elabora um plano de ação com o intuito de implementá-los, com definição de prazos e alocação de responsabilidades para colocar em prática a melhoria desses controles de forma efetiva.

Outro aspecto relevante de controle interno diz respeito à segregação de funções, que é objeto de constante monitoramento através de sistema especializado.

O plano de auditoria é aprovado pela Reunião de Diretoria, bem como os planos de ação para regularização de potenciais melhorias em base trimestral. O plano de auditoria também é apresentado aos Conselhos de Administração e Fiscal. Além disso, os resultados das auditorias são periodicamente informados ao Conselho Fiscal para acompanhamento.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia e sua controlada possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Consiste no risco da Companhia incorrer em perdas devido a um cliente ou uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de: contas a receber de clientes, caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Notas Explicativas

Contas a receber

As vendas de energia da Companhia são efetuadas para a Eletropaulo e outros clientes, principalmente por contratos bilaterais. As vendas para a Eletropaulo estão garantidas pelos seus recebíveis, tendo a Companhia o direito de requerer o bloqueio das contas bancárias de seu cliente até a recuperação do valor total a receber. Para os demais clientes, eventuais inadimplências nos contratos de venda estão sujeitas a regulamentação da ANEEL, a qual tem a finalidade de garantir a liquidez no mercado de energia.

Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer perda destes valores.

A Companhia e sua controlada atuam de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, centralizando as suas transações apenas em instituições de primeira linha e estabelecendo limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras e aos respectivos *ratings* nas principais agências.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco do crédito na data base de 31 de março de 2014 é a seguinte:

Consolidado	31.03.2014
Caixa e equivalentes de caixa	195.141
Investimentos de curto prazo	422.776
Consumidores e revendedores	231.472
Contas a receber de partes relacionadas	202.670
Total da exposição	1.052.059

(b.2) Risco de Liquidez

A Companhia e sua controlada adotam como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e minimizar riscos de liquidez; (ii) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia e sua controlada. Para a rubrica “Debêntures” estão sendo considerados os fluxos de caixa projetados. Por se tratar de uma projeção, estes

Notas Explicativas

valores diferem dos divulgados na nota explicativa nº 13. As informações refletidas na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

Consolidado Período findo em 31 de março de 2014	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	61.148	-	-	-	-
Debêntures	358.553	80.163	405.989	749.813	286.331
Arrendamento financeiro	63	113	73	22	-
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	21.435	-	-	-	-
Total	441.199	80.276	406.062	749.835	286.331

De acordo com o CPC 40 *Instrumentos Financeiros: Evidenciação*, quando o montante a pagar não é fixado, o montante evidenciado é determinado com referência às condições existentes na data de encerramento do período. Portanto, o CDI utilizado nas projeções corresponde ao índice verificado na data de 31 de março de 2014.

(b.3) Operações com instrumentos financeiros derivativos

Para o trimestre findo em 31 de março 2014 e exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia e sua controlada não possuem operações com instrumentos financeiros derivativos.

(b.4) Riscos de mercado

(b.4.1) Riscos de taxas de juros

A Companhia possui debêntures remuneradas pela variação do DI, acrescidos de juros contratuais entre 0,79% a 1,20% ao ano, assim como debêntures remuneradas a 108,20% do DI. Conseqüentemente, seu resultado é afetado pela variação desse índice.

As aplicações financeiras da Companhia foram efetuadas em fundos com liquidez diária e estão ajustadas pelo valor das quotas desses fundos em 31 de março de 2014.

O montante de exposição líquida da Companhia e sua controlada aos riscos de taxas de juros na data das informações contábeis é:

Consolidado	31.03.2014
Equivalentes de caixa	194.333
Investimentos de curto prazo	422.776
Debêntures - 1ª Emissão	(632.093)
Debêntures - 2ª Emissão	(517.032)
Debêntures - 3ª Emissão	(300.908)
Total da exposição líquida	(832.924)

Notas Explicativas

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos e nas dívidas aos quais a Companhia e sua controlada estavam expostas na data base de 31 de março de 2014, foram definidos 05 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 28 de março de 2014, foi extraída a projeção do indexador CDI para um ano e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a receita e despesa financeira bruta, que representa o efeito esperado no resultado e patrimônio líquido em cada cenário projetado, não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada da carteira foi 31 de março de 2014, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Aplicações financeiras - Consolidado	Taxa de juros	Posição em 31.03.2014	Projeção Receitas Financeiras - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			5,65%	8,47%	11,29%	14,11%	16,94%
Equivalentes de caixa	CDI	194.333	10.980	16.460	21.940	59.654	71.618
Investimentos de curto prazo	CDI	422.776	23.887	35.809	47.731	59.654	71.618
Subtotal		617.109	34.867	52.269	69.671	119.308	143.236

Dívidas - Consolidado	Taxa de juros	Posição em 31.03.2014	Projeção Despesas Financeiras - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			5,65%	8,47%	11,29%	14,11%	16,94%
Debêntures - 1ª Emissão	CDI+1,20% a.a.	(632.093)	(43.727)	(61.766)	(79.805)	(97.844)	(115.947)
Debêntures - 2ª Emissão	CDI + 0,79% a.a.	(517.032)	(33.528)	(48.223)	(62.919)	(77.614)	(92.362)
Debêntures - 3ª Emissão	108,20% do CDI	(300.908)	(19.767)	(28.327)	(36.886)	(45.445)	(54.035)
Subtotal		(1.450.033)	(97.022)	(138.316)	(179.610)	(220.903)	(262.344)
Total da exposição líquida		(832.924)	(62.155)	(86.047)	(109.939)	(101.595)	(119.108)

(b.4.2) Risco de preço

O preço da energia elétrica vendida da Companhia para a Eletropaulo está, atualmente, no nível do preço determinado no contrato bilateral (preço médio no período findo em 31 de março de 2014 - R\$194,19/MWh e no trimestre findo em 31 de março de 2013 - R\$182,66/MWh), cujos preços estão em torno do valor normativo e tem anuência da ANEEL. A partir de 2006 quase toda a energia assegurada da Companhia está sendo vendida para a Eletropaulo. Esse contrato tem vencimento em 31 de dezembro de 2015 e, a partir dessa data, essa energia será vendida no ambiente de contratação regulado e/ou livre aos preços negociados de acordo com as condições de mercado vigentes à época. Eventuais sobras ou faltas de energia em relação às quantidades determinadas nos contratos iniciais e bilaterais terão o seu preço determinado no mercado de curto prazo (CCEE).

Notas Explicativas

Em 2011, a Companhia definiu a estratégia de comercialização para a venda de energia após dezembro de 2015, quando vence o contrato bilateral com a Eletropaulo. O objetivo é aumentar a base de clientes livres e ao mesmo tempo obter margens na comercialização, posicionando a Companhia como um importante agente no mercado livre, com uma participação representativa até 2016. A intenção da Companhia é seguir essa estratégia, de tal forma que o contrato com a Eletropaulo seja totalmente substituído por uma diversificada carteira de clientes a partir de 2016.

(b.5) Outros riscos

(b.5.1) Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades. A Companhia, baseada em análise da legislação pertinente e apoiada por seus assessores jurídicos, considera que os investimentos oriundos do projeto básico bem como aqueles realizados e devidamente autorizados pelo Poder Concedente, após a assinatura do contrato de concessão que não estarão totalmente depreciados ao final da concessão serão reembolsados pelo Poder Concedente.

(b.5.2) Risco hidrológico

Risco associado à variação da disponibilidade hídrica destinada à geração de energia nas usinas hidrelétricas. Para mitigar os efeitos dessa variação, foi criado o Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, o qual tem o objetivo de compartilhar os riscos hidrológicos entre as usinas, buscando garantir a otimização dos recursos hidrelétricos do Sistema Interligado Nacional – SIN.

De acordo com as regras do MRE, o volume total de energia gerada no país é alocado para cada geradora do SIN, de forma proporcional aos seus respectivos níveis de garantia física. Esta alocação busca garantir que todas as usinas participantes do MRE tenham seus níveis de energia assegurada, independentemente dos níveis reais de produção de energia.

Caso as condições hidrológicas sejam desfavoráveis e a soma da energia gerada pelas usinas for menor que a garantia física do SIN, é realizada uma nova alocação mensal da garantia física de todos os participantes do MRE. Assim, de forma a atender seus contratos comerciais, torna-se necessário comprar energia no mercado spot, que, em momentos de hidrologia desfavorável, pode onerar a Companhia caso o preço de mercado for superior ao preço da energia no MRE.

Notas Explicativas

(b.5.3) Risco de aceleração de dívidas

A Companhia tem contratos de dívida com cláusulas restritivas (“covenants”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações. Em 31 de março de 2014, a Companhia não estava em descumprimento dos termos dos *covenants* (vide nota explicativa nº 13.6).

25. Informações por segmento

A Administração da Companhia é responsável por revisar regularmente as informações contábeis elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil de forma a alocar os recursos e analisar o desempenho da Companhia. A Companhia e sua controlada são administradas como uma única operação, composta por nove usinas hidrelétricas (“UHE”) e três pequenas centrais hidrelétricas (“PCH”). Suas receitas operacionais decorrem substancialmente da venda de energia elétrica produzida. Sendo assim, a Administração da Companhia não utiliza informações por segmento para analisar o desempenho da Companhia e de sua controlada.

26. Seguros

Em 31 de março de 2014, a cobertura de seguros, considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil, é resumida como segue:

Risco	Período de vigência		Importância segurada
	de	até	
Riscos operacionais	01/04/2013	01/04/2014	2.000.000
Vida em grupo	01/01/2014	01/01/2015	25 X salário, com o máximo de R\$ 1.300
Responsabilidade Civil Geral	01/06/2013	01/06/2014	30.000
Frota veículos - RCF	31/08/2013	01/04/2014	RCFV Garantia única R\$ 1.000

Em 01 de abril de 2014, a Companhia renovou e contratou as seguintes apólices:

Risco	Período de vigência		Importância segurada
	de	até	
Riscos operacionais	01/04/2014	01/04/2015	2.400.000
Frota veículos - RCF	01/04/2014	01/04/2015	RCFV Garantia única R\$ 1.000
Riscos ambientais	01/04/2014	01/04/2015	10.000

Em linha com a política de contratação de seguros da Companhia, contratou-se apólice de seguro de Responsabilidade Civil de Administradores (D&O) visando garantir aos administradores o reembolso dos valores pagos a título de indenização

Notas Explicativas

decorrentes de reparação de danos causados a terceiros ou à Companhia, durante o exercício de suas atividades. A apólice está vigente até 01 de abril de 2015 e tem limite máximo de indenização de R\$100.000. O seguro foi contratado em nome da Brasileira, sendo que a mesma também abrange os executivos da Companhia. Desta forma, cada sociedade controlada pela Brasileira é responsável pelo pagamento de parte do prêmio da apólice.

27. Compromissos e garantias

A Companhia incorre em custo pelo acesso ao sistema de distribuição e de transmissão, e contratos de conexão, cujas tarifas são homologadas pela ANEEL. A Companhia possui compromissos relacionados a encargos setoriais tais como: Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE e a Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH, cujas tarifas também são homologadas pela ANEEL.

A Companhia também possui contratos de compra de energia.

A Companhia não possui garantias e utilização de limites de crédito financeiro em 31 de março de 2014.

Outras Informações que a Companhia Entenda RelevantesImposto de renda e contribuição social

Durante os trimestres findos em 31 de março de 2014 e 2013 a Companhia efetuou pagamentos de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 406.716 e R\$ 395.121, respectivamente. Os pagamentos consolidados foram de R\$ 406.721 e R\$ 395.128, respectivamente.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Ao Conselho de Administração e Acionistas da AES Tietê S.A

Barueri - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da AES Tietê S.A ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2014, as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente e das demonstrações das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais referidas no primeiro parágrafo não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais referidas no primeiro parágrafo não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2014, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 28 de abril de 2014

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

José Luiz Ribeiro de Carvalho

Contador CRC 1SP141128/O-2

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os Diretores da AES TIETÊ S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 02.998.609/0001-27, com sede na Avenida Doutor Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº. 939, 6º andar, parte I, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri – SP, nos termos e para os fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº. 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório de Revisão dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, bem como que reviram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais da Companhia referentes ao primeiro trimestre do exercício social de 2014.

Barueri, 28 de abril de 2014.

Diretores:

Britaldo Pedrosa Soares

Diretor Presidente

Gustavo Duarte Pimenta

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Italo Tadeu de Carvalho Freitas Filho

Diretor Vice-Presidente e de Geração

Pedro de Freitas Almeida Bueno Vieira

Diretor de Assuntos Legais

Sheilly Caden Contente

Diretora de Assuntos Regulatórios

Teresa Cristina Querino Vernaglia

Diretora de Performance e Serviços

Francisco Jose Morandi Lopez

Diretor de Desenvolvimento de Negócios

Paulo Camillo Vargas Penna

Diretor de Relações Institucionais, Comunicação e Sustentabilidade

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Os Diretores da AES TIETÊ S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 02.998.609/0001-27, com sede na Avenida Doutor Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº. 939, 6º andar, parte I, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri – SP, nos termos e para os fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº. 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório de Revisão dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, bem como que reviram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais da Companhia referentes ao primeiro trimestre do exercício social de 2014.

Barueri, 28 de abril de 2014.

Diretores:

Britaldo Pedrosa Soares

Diretor Presidente

Gustavo Duarte Pimenta

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Italo Tadeu de Carvalho Freitas Filho

Diretor Vice-Presidente e de Geração

Pedro de Freitas Almeida Bueno Vieira

Diretor de Assuntos Legais

Sheilly Caden Contente

Diretora de Assuntos Regulatórios

Teresa Cristina Querino Vernaglia

Diretora de Performance e Serviços

Francisco Jose Morandi Lopez

Diretor de Desenvolvimento de Negócios

Paulo Camillo Vargas Penna

Diretor de Relações Institucionais, Comunicação e Sustentabilidade